

Suborno não garantiu os 308 votos

Temer diz a partidos para usarem chibata em seus deputados senão reforma já era



Depois de roubar até carrinho de pipoca, Lula diz que 'lugar de ladrão é na cadeia'

Lula quer que acreditemos que a banda podre do empresariado e seus ex-homens de ouro, como Antônio Palocci, inventaram tudo e mentem para comprometer-lo. Quer que acreditemos que os processos que responde não passam de armações, que os imóveis registrados em nome de laranjas não são dele porque não estão em seu nome. Que recebeu 14,4 milhões de dólares por 72 palestras, entre 2011 e 2014, ao preço de 200 mil dólares cada uma, por seus talentos como palestrante. **Página 3**



Rejeição ao assalto à Previdência cresce em 99,99% da população

A exigência de Temer aos partidos da base governista para que seus deputados sejam obrigados a votar no ataque aos direitos à aposentadoria, é a confissão de que nem mesmo o suborno bilionário (R\$ 14,5 bilhões) conseguiu comprar votos para aprovar essa aberração. Temer quer que os partidos "fechem questão", quando a maioria dos deputados, até do PSDB e do PSD (partido de Meirelles), são contra aprovar o corte aos direitos previdenciários, inclusive por motivos eleitorais - por causa do repúdio de todo país a essa insânia neoliberal. **Página 3**

Moro é aplaudido de pé, menos por Temer, Moreira e Meirelles

Juiz da Lava Jato defende fim do foro privilegiado e incomoda a bandidagem



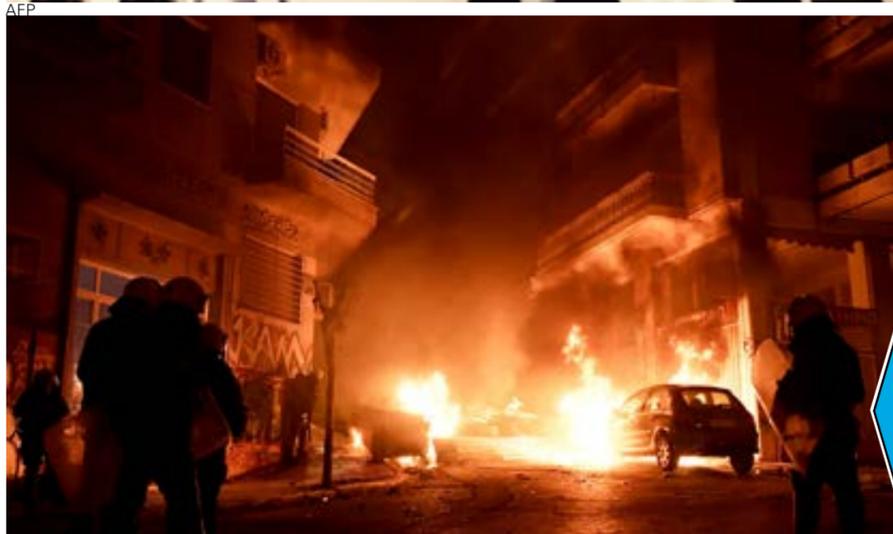
O juiz Sérgio Moro foi o principal homenageado, na terça-feira, durante a entrega do prêmio "Brasileiros do Ano". O magistrado foi intensamente aplaudido. A calorosa acolhida contrastou com o constrangimento causado por Michel Temer e membros de sua equipe, que se negaram a prestigiar o juiz, evidenciando o incômodo do governo com a operação de combate à corrupção. O juiz dividiu o palco com Temer e o ministro Moreira Franco (PMDB), ambos denunciados pela Procuradoria-Geral da República por corrupção passiva. O ministro Henrique Meirelles estava entre os convidados. O magistrado foi aclamado ao fazer a defesa do fim do foro privilegiado, o que causou novo constrangimento à trupe palaciana. **Página 3**

Parente defende que país exporte petróleo e traga derivados de fora

Desde janeiro de 2011 até novembro/2017, o país importou US\$ 11.920.723.571 em gasolina, US\$ 43.458.373.477 em óleo diesel e US\$ 3.687.321.922 em lubrificantes. Qual a necessidade de um país com a reserva de petróleo que temos, gastar tanto em importações de derivados? **P. 2**

Ministros do STJ aceitam unânimes a denúncia do MP contra Pimentel

De acordo com a denúncia do Ministério Público, o governador de Minas recebeu propina e favoreceu a Odebrecht na Camex, na época em que era ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do governo Dilma Rousseff, entre 2011 e 2012. **Página 3**



Fachin bloqueia R\$ 13 milhões de Geddel, do irmão e da mãe

O ministro Edson Fachin, ao irmão dele, deputado federal Lúcio Vieira Lima (PMDB/BA), e a Marluce Quadros Vieira Lima, mãe dos dois. A decisão foi motivada por medidas cautelares solicitadas por Raquel Dodge. **P. 3**

Gregos vão à luta contra ameaça ao direito de greve

Manifestantes enfrentaram a polícia diante do parlamento grego e da casa de Alexis Tsipras. Greve geral está convocada para o dia 14. **P. 6**

Mundo repudia provocação de Trump contra Palestina

Parente torra pré-sal e torna país importador de gasolina e derivados



Parente visa privatizar refinarias. Foto Refinaria Henrique Lage (Revap)

Copom mantém economia no fundo do poço com juro real estratosférico

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu, na quarta-feira (6), pela redução em meio ponto percentual na taxa básica de juros, a Selic, que passa para 7,0% ao ano.

Descontada a inflação projetada pelo BC, o juro real no Brasil é o terceiro juro real do mundo, atrás da Turquia e Rússia, e bem à frente da média de 40 países onde a média está negativa em 0,1%. Nos Estados Unidos, o país com a maior dívida pública do mundo, o juro real está negativo em -0,88%.

A redução nominal da Selic a conta-gotas mantém os juros reais na Lua

e a economia no fundo do poço.

Na semana passada (1/12), o IBGE divulgou o resultado do Produto Interno Bruto (PIB) no terceiro trimestre de apenas 0,1%. Uma trajetória de queda: no primeiro trimestre foi de 1,3% e no segundo trimestre caiu para 0,7%. O resultado desastroso do PIB joga por terra a encenação do governo Temer/Meirelles de que há “recuperação” da economia.

Com exceção da agropecuária, todos os outros setores apresentaram queda no acumulado do ano. Sendo que a taxa de investimentos no terceiro trimestre caiu para 16,1%.

O menor patamar da série histórica do IBGE.

Segundo nota do Banco Central, ao final da reunião do Copom, “no cenário com trajetórias para as taxas de juros e câmbio extraídas da pesquisa Focus, as projeções do Copom situam-se em torno de 2,9% para 2017...”. Com a atual Selic, a taxa real de juros é de 3,9%.

Além disso, a redução nominal da taxa Selic interfere pouco nas taxas de juros das demais linhas de crédito da economia, tanto para os consumidores, como para empresas. As taxas praticadas pelos bancos e cartões de crédito encontram-se em níveis estratosféricos.

Faturamento e emprego na indústria recuam de janeiro a outubro, diz CNI

A pesquisa Indicadores Industriais de outubro, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), aponta para uma queda generalizada nos índices de emprego, faturamento e utilização da capacidade instalada do setor produtivo do país no acumulado deste ano.

Divulgados pela entidade na terça-feira (5), os dados são espelho da recessão e da política de governo de manter os in-

vestimentos no chão. Para a entidade, “o balanço desses resultados sugere manutenção do baixo patamar das variáveis pesquisadas e reforça o quadro de fraca atividade industrial”.

Na comparação com janeiro a outubro do ano passado, o emprego caiu -3,2% e as horas trabalhadas -2,6%. O faturamento também mostra queda, de 1,3%, enquanto a massa salarial recuou 2,2%. Ape-

nas o rendimento médio real registrou variação positiva de apenas 1,0%.

A utilização da capacidade instalada em outubro (dessazonalizada) ficou em 77,7%, 1,6 ponto percentual (p.p.) acima do registrado no mesmo mês de 2016. Ainda assim, a ociosidade segue muito elevada: a UCI de outubro de 2017 é 3,7 p.p. inferior à média dos meses de outubro de anos anteriores, diz a CNI.

Paes deixa PMDB de Picciani para disputar governo do Rio pelo PDT

O ex-prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PMDB), anunciou sua decisão de se filiar ao PDT para se candidatar ao governo do Estado no ano que vem. O acerto foi feito entre ele e o presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, que foi assessor de Paes na prefeitura do Rio quando deixou o Ministério do Trabalho. O candidato derrotado à prefeitura do Rio, Pedro Paulo, braço direito de Paes, não deverá acompanhá-lo em sua nova filiação.

Os dois estão entre os altos de investigações autorizadas pelo ministro Luiz Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF). Segundo dados do inquérito, Paes teria recebido cerca de R\$ 15 milhões em propina da Odebrecht. As investigações foram baseadas em depoimentos de três executivos da construtora: Leandro Andrade Azevedo, Benedicto Barbosa da Silva Júnior e Luiz Eduardo da Rocha Soares.

Benedicto Barbosa, o principal operador do De-

partamento de Propinas da Odebrecht, disse que o prefeito, apelidado de “Nervosinho” nas planilhas, recebeu mais de R\$ 15 milhões ante seu interesse na facilitação de contratos relativos às Olimpíadas de 2016. Da transação, realizada em 2012, R\$ 11 milhões foram repassados no Brasil e outros R\$ 5 milhões, por meio de contas no exterior. Barbosa disse que nunca negociou a propina diretamente com Paes.

O ex-secretário de Obras da administração de Paes, Alexandre Pinto, também foi denunciado. Ele e outros dez investigados foram presos no dia 3 de agosto, durante a Operação Rio 40 Graus, um dos desdobramentos da Lava Jato. A denúncia do MPF transformou-se em ação, aceita pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal, por participação no esquema que teria desviado R\$ 36 milhões em obras da TransCarioca e da recuperação da Baía de Jacarepaguá.

No início de outubro, Eduardo Paes foi lançado

candidato ao governo pelo presidente da Alerj, o peemedebista Jorge Picciani, antes deste ser preso por participação no esquema de propinas montado junto à máfia dos transportes da cidade. “Paes será o nosso candidato a governador no ano que vem”, informou, à época, Picciani. Atualmente atrás das grades, Picciani disse, na ocasião que, até o final de fevereiro, ele [Paes] se desliga da empresa chinesa onde trabalha como consultor e, em março, já estará à disposição.

Em nota, Paes diz que a atividade política não tem feito parte de suas funções no momento. Ele está voltando ao Brasil depois de um ano vivendo em Washington trabalhando no Banco Interamericano de Desenvolvimento. Hoje, ele trabalha como executivo de uma empresa multinacional chinesa chamada BYD MOTORS e volta ao Rio para abrir o escritório da empresa na América Latina. Disse ainda que reafirma sua admiração e respeito não só ao ministro Lupi como ao PDT.

IBGE: nenhuma vaga com carteira assinada foi criada neste ano

A afirmação do coordenador da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), Cimar Azeredo, de que “não temos nesta pesquisa a geração de um posto sequer de carteira assinada” no setor privado, neste ano, lança luz sobre o que realmente está acontecendo quanto ao emprego – questão em que a quadrilha do Planalto se esmera em confundir e promover comemorações que somente podem ser classificadas como coisa de escroque.

Vejam os números dos trabalhadores com carteira assinada, segundo a PNAD Contínua:

- 1) janeiro: 33.858.000;
- 2) fevereiro: 33.738.000;
- 3) março: 33.406.000;
- 4) abril: 33.286.000;
- 5) maio: 33.258.000;
- 6) junho: 33.331.000;
- 7) julho: 33.340.000;
- 8) agosto: 33.412.000;
- 9) setembro: 33.300.000;
- 10) outubro: 33.303.000.

A PNAD Contínua, portanto, mostra um decréscimo de 555.000 pessoas que trabalhavam com carteira assinada desde janeiro, no setor privado.

Se utilizarmos dezembro de 2016 como referência, essa redução no número dos que trabalham com carteira assinada no setor privado, sobe para -702.000 pessoas.

Não há nenhuma criação de empregos com carteira assinada, exceto entre maio e junho (73.000), entre junho e julho (9.000) e entre julho e agosto (72.000), o que não recuperou a perda anterior e foi revertido, na maior parte, nos meses posteriores, por uma perda de 109.000 empregos com carteira assinada.

Enquanto isso, o “trabalho por conta própria”, que inclui não apenas o subemprego, **mas também parte do desemprego** (pois a PNAD Contínua inclui como “ocupados” aqueles que fizeram algum tipo de trabalho remunerado “durante pelo menos uma hora na semana”), **aumentou em 759.000 pessoas entre janeiro e outubro.**

Quanto às empregadas e empregados domésticos, o número destes **aumentou em 205.000** no mesmo período.

Para completar, aqueles que são contratados sem carteira assinada – que são empregados e não “por conta própria” – aumentaram em 573.000 desde janeiro.

É isso que o governo está comemorando como “aumento do emprego”. Nas palavras, mais uma vez, do estatístico do IBGE que dirige a PNAD Contínua, o que está havendo é “precarização do mercado de trabalho, [com] ocupações de baixa qualidade”.

Se é que isso pode ser chamado de emprego. Reparemos que, se somarmos o aumento dos “trabalhadores por conta própria” com o aumento do emprego doméstico, somente isso, soma quase um milhão de pessoas (964.000 para ser exato).

Este contingente – e também a maior parte dos “empregados sem carteira” – é composto por demitidos e não por gente que conseguiu um emprego. A rigor, são trabalhadores que, depois de demitidos, arrumaram uma ocupação qualquer para que suas famílias não morressem de fome. Comemorar isso como “aumento do emprego” não é somente escroqueria, mas cinismo. O que não é surpreendente em Temer & cia. C.L.

Qual a necessidade de um país com a reserva de petróleo que temos, gastar tanto em importações de derivados?

Colocar o Brasil na posição de exportador de óleo bruto e continuar importando derivados de petróleo é o grande plano de política energética do atual governo, de acordo com afirmações do diretor da EPE (Empresa de Pesquisa Energética – ligada ao Ministério de Minas e Energia), José Mauro Coelho, ao apresentar a projeção de produção de petróleo para o país em 2017 na quarta-feira (06).

“A produção tende a crescer muito até 2026, tornando o Brasil um dos cinco principais exportadores de petróleo”, disse.

Da capacidade produtiva da Petrobrás ninguém duvida – a média diária dos últimos anos foi de 2,1 milhões de barris equivalentes por dia, um dos mais altos índices mundiais. Mas de onde vem o fetiche subserviente de posicionar o país como exportador do produto com baixo valor agregado, enquanto continuamos a importar os derivados que temos plena capacidade de produzir?

A exportação de petróleo bruto cresceu em 2017 até outubro 37,3%, somando US\$ 6,2 bilhões e segurando a balança comercial do país.

Desde janeiro de 2011 até novembro deste ano, o país importou US\$ 11.920.723.571 em gasolina, US\$ 43.458.373.477 em óleo diesel e US\$ 3.687.321.922 em lubrificantes.

Ao todo, US\$ 59 bilhões somente nestes três itens (que não são os únicos derivados que exportamos – todos os dados são da Secex/MDIC).

Qual a necessidade de um país com a reserva de petróleo que temos, gastar tanto em importações de derivados?

Exceto privilegiar multinacionais, nenhuma.

A questão se expressa na decisão de institucionalizar na Petrobrás um “plano de desinvestimento”, esboçado por Graças/Bendine durante o governo Dilma e aprofundado por Pedro Parente, nomeado presidente da estatal por Michel Temer. O plano se baseia na venda de ativos e no corte bruto dos investimentos da empresa com o claro objetivo de viabilizar a sua privatização.

Não é à toa que a venda dos braços da companhia que garantem seu processo de produção integrado “do poço ao posto” quase desde a sua fundação faz parte do perverso plano. E o caso da venda da BR Distribuidora, subsidiária que garante a distribuição de combustível no país – até então

com preços subsidiados – e uma das grandes geradoras de receita para a empresa (além de ser a grande “marca” da Petrobrás).

Os cortes nos investimentos se concentram especialmente no processo de refino, para inviabilizar a Petrobrás e o país de terem autonomia e soberania que o projeto integrado propicia. O volume de petróleo processado nas refinarias do país em 2017 é o menor desde 2010.

O diretor da EPE ressaltou que, quando se analisa o setor de refino do país, não se vê muitas mudanças [do ponto de vista da oferta de derivados] em um horizonte de 10 anos. “Não vemos muitas mudanças, nada relacionado ao Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), a não ser a entrada da Unidade de Processamento de Gás Natural por volta de 2021. E também a possibilidade da entrada do segundo trem da Rnest (Refinaria do Nordeste) em 2023, que adicionará alguma coisa à capacidade de refino do país”.

“Efetivamente a nossa produção de petróleo crescerá muito e deverá chegar em 2026 com extração de cerca de 4,5 a 5 milhões de barris de petróleo equivalente por dia, praticamente dobrando a produção em um horizonte de 10 anos – o que é muito significativo”, disse Coelho, atribuindo o crescimento da extração aos leilões das áreas de pré e pós-sal iniciados no governo Dilma e agora grande aposta do governo Temer para atrair as multinacionais (ver matéria sobre Repetro nesta página).

É claro que as multinacionais estrangeiras têm todo interesse em mandar para fora o produto bruto da exploração dos nossos ricos campos para depois vender – no mesmo lugar de onde tiraram – os produtos derivados, inclusive gasolina, por preços exorbitantes.

Os aumentos recentes no preço da gasolina têm íntima relação com essa política: primeiro porque possibilita que as grandes petroleiras tenham capacidade de concorrência no país. Estamos reféns dos preços internacionais não por capacidade, mas por opção.

A gasolina chegou, após 23,2% de aumento nos últimos cinco meses, a R\$ 4,00 o litro, causando indignação da população e impactando nos preços num geral. Enquanto isso a produção esteve de vento em popa. Qual é a explicação para que um país rico em Petróleo esteja nessa situação?

PRISCILA CASALE



Produção de veículos cai em novembro, segundo Anfavea

A indústria brasileira produziu 249,1 mil carros, comerciais leves, caminhões e ônibus em novembro. Isso significou uma queda de 0,3% por cento sobre outubro, segundo a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Os dados foram divulgados na quarta-feira (6).

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hrj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curú-Útinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br



Sérgio Lima/Poder360

Depois de roubar até carrinho de pipoca, Lula diz que 'lugar de ladrão é na cadeia'

Em passagem pelo Espírito Santo, Lula voltou a falar de sua notória honestidade e a proclamar inocência diante das denúncias de corrupção que se acumulam contra ele. Para arrematar, atirou: "lugar de ladrão é na cadeia".

Não é a primeira e nem será a última vez que alguém se vale da tática do trombadão que arranca o cordão da moça e sai berrando "pega ladrão".

Porém, no caso do ex-presidente, a situação é mais perversa.

Embora não diga de público, ele não nega em *petit comité* que por duas razões se achou no direito de apoderar-se de uma fatia do patrimônio público: outros governantes fizeram isso antes, sem serem incomodados, e não tinham um projeto nacional tão formidável quanto o do PT para promover a felicidade de todos os brasileiros - nada a ver com a atual crise, que, como se sabe, é da responsabilidade exclusiva de Temer...

Esse suposto direito a uma parcela do patrimônio público conflita com a ordem jurídica atual. Para contornar o problema, Lula adotou a linha de defesa de afirmar até a exaustão que não cometeu crime algum e tudo não passa de uma gigantesca perseguição política baseada em falsas acusações.

A inconsistência é flagrante.

Quem o persegue? Antes da Polícia Federal, do Ministério Público e da Justiça, quem o "persegue" são os mesmos grupos econômicos que o foram subornando de modo gradual e sistemático, para que eles fornecesse a chave dos cofres públicos - a começar pelos da Petrobras, onde Odebrecht, OAS, Andrade Gutierrez e caterva superfaturavam as obras e distribuíam as propinas aos agentes políticos, para pagar campanhas eleitorais milionárias e mordomias cada vez mais atrevidas, extensivas aos familiares.

Lula quer que acreditemos que a banda pode do empresariado e seus ex-homens de ouro, como Antônio Palocci, inventaram tudo e mentem para comprometer-lo. Quer que acreditemos que os processos que responde não passam de armações, que os imóveis registrados em nome de laranjas não são dele porque não estão em seu nome. Que recebeu 14,4 milhões de dólares por 72 palestras, entre 2011 e 2014, ao preço de 200 mil dólares cada uma, por seus talentos como palestrante.

Pode ser até que os mais ingênuos acreditem. Será por pouco tempo, pois Lula escolheu um caminho que o conduz a se enforçar com a própria corda, mas o que dizer dos que mesmo sem acreditar têm colaborado por ação ou omissão para mergulhar seus semelhantes num engodo dessa magnitude? S.R.

Temer pressiona os partidos para roubar a aposentadoria



Alan Santos/PR

Temer com líderes dos partidos para forçar os deputados a se suicidarem Moro cobra de Temer e Meirelles mais verbas para a luta contra a corrupção

O juiz Sérgio Moro foi o principal homenageado, na terça-feira (5), durante a entrega do prêmio "Brasileiros do Ano", promovida pela revista 'IstoÉ', realizada em São Paulo. Responsável pelas ações da Lava Jato em primeira instância, o magistrado foi intensamente aplaudido.

A calorosa acolhida contrastou com o constrangimento causado pelo presidente Michel Temer e membros de sua equipe, que se negaram a prestigiar o magistrado, evidenciando o incômodo do governo com a operação de combate à corrupção.

O juiz dividiu o palco com o presidente e o ministro Moreira Franco (PMDB), ambos denunciados pela Procuradoria-Geral da República por corrupção passiva. O presidente do Senado e aliado de Temer, Eunício Oliveira (PMDB/CE), alvo de inquérito no Supremo Tribunal Federal, também ocupava o lugar de honra. O ministro Hen-

rique Meirelles estava entre os convidados.

Além deles, o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM); e o candidato ao governo de São Paulo em 2014, Paulo Skaf (PMDB), ambos citados na colaboração premiada de executivos da Odebrecht. Outro citado por colaboradores era o ministro Helder Barbalho.

Antes do discurso de Moro, Temer, Moreira Franco, Meirelles e Eunício foram os únicos a não se levantar para aplaudir o juiz, quando ele foi chamado para receber seu prêmio. Os outros 20 nomes no palco ficaram de pé.

Moro defendeu, mais uma vez, que condenados na segunda instância devam ser presos. O juiz inclusive sugeriu que o tema fosse tratado como "política de Estado". "Eu queria dizer para o presidente Temer utilizar o seu poder para influenciar que esse precedente jurídico não seja alterado", disse.

Ele pediu ainda que Temer reforce a luta con-

tra a corrupção e cobrou mais verbas para combater o crime organizado, sugerindo que os recursos poderiam ser liberados por Meirelles. "Pedindo a devida vênua ao ministro Meirelles, vejo que os investimentos são necessários para o fortalecimento da Polícia Federal. O investimento do Estado contra a corrupção traz seus frutos", disse.

O magistrado foi ovacionado ao fazer a defesa do fim do foro privilegiado, o que causou novo constrangimento à trupe palaciana. Temer, Eunício e Moreira Franco, mais uma vez, foram os únicos a não aplaudir. "É necessária a revisão do instituto do foro privilegiado. Primeiro porque ele é contrário ao princípio fundamental da democracia que é o princípio do tratamento igual", disse o magistrado. "Seria relevante eliminar completamente o foro ou trazer uma restrição ao foro. Não quero esse privilégio para mim", afirmou Moro.

Fachin determina abrir novo inquérito contra Geddel e bloqueia R\$ 13 milhões da família

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou na quarta-feira (6) o bloqueio de R\$ 12,8 milhões de empresas ligadas ao ex-ministro Geddel Vieira Lima; ao irmão dele, deputado federal Lúcio Vieira Lima (PMDB/BA), e a Marluce Quadros Vieira Lima, mãe dos dois.

A decisão foi motivada por medidas cautelares solicitadas pela procuradora-geral da República, Raquel Dodge, na denúncia enviada à Corte na segunda-feira

(4), que está relacionada à apreensão de R\$ 51 milhões em dinheiro vivo encontrados em um apartamento cedido a Geddel em Salvador.

Dodge denunciou a família Vieira Lima por lavagem de dinheiro e associação criminosa. Para a PGR, o montante apreendido tem como origem propinas da construtora Odebrecht; repasses do doleiro Lúcio Funaro, referentes a suborno em órgãos públicos; além de desvios de políticos do PMDB.

STJ torna Pimentel réu por corrupção passiva

A Corte Especial do STJ (Superior Tribunal de Justiça) aprovou por unanimidade na quarta-feira (6) o recebimento da denúncia da Procuradoria-Geral da República contra o governador de Minas, Fernando Pimentel (PT), acusado de corrupção passiva. Segundo a denúncia do MPF, Pimentel recebeu propina e favoreceu a Odebrecht na Camex (Câmara de Comércio Exterior) na época em que era ministro de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do governo Dilma Rousseff, entre 2011 e 2012.

Além de Pimentel, que permanecerá no cargo durante a tramitação do processo, tornaram-se réus também o empreiteiro Marcelo Odebrecht, o ex-executivo da Ode-

brecht João Nogueira, o empresário do ramo gráfico Benedito Rodrigues de Oliveira Neto, o Bené, apontado como operador de Pimentel, o então chefe de gabinete do Ministério do Desenvolvimento, Eduardo Serrano, e Pedro Medeiros, que teria transportado o dinheiro vivo.

O julgamento começou na semana passada e foi suspenso por um pedido de vista do ministro Og Fernandes. O relator, ministro Herman Benjamin, votara na ocasião pelo recebimento da denúncia sem afastar Pimentel do governo, tendo sido seguido por Jorge Mussi. Nesta quarta-feira, Og Fernandes devolveu o caso e também acompanhou o relator. Os dez ministros votaram pelo recebimento da denúncia e pela manutenção de Pimentel no

Na mesma decisão, Fachin determinou abertura de novo inquérito para aprofundar as investigações sobre prática de peculato (desvio do dinheiro público). Job Ribeiro Brandão, que foi secretário parlamentar de Lúcio Vieira Lima, contou em depoimento que repassava até 80% do salário que recebia ao deputado.

Geddel está preso desde 8 de setembro, três dias depois que a Polícia Federal encontrou o dinheiro no apartamento de um amigo do político.

Comunidade acadêmica protesta contra ação da PF na UFMG

A Polícia Federal deflagrou nesta quarta-feira (6) uma operação que resultou na condução coercitiva do reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) Jaime Arturo Ramirez, e da vice-reitora, Sandra Regina Goulart Almeida num inquérito que investiga o suposto desvio de recursos públicos na construção de uma obra executada pela universidade mineira.

Além do reitor, Jaime Arturo Ramirez, e da vice-reitora, Sandra Regina Goulart Almeida, foram alvos de condução

coercitiva da operação batizada com o nome de "Esperança Equilibrada" o presidente da Fundep (Fundação de Desenvolvimento e Pesquisa), Alfredo Gontijo de Oliveira, e das ex-vice-reitoras Rocksane de Carvalho Norton e Heloisa Gurgel Starling. De acordo com a PF, o alvo foi a construção e implantação do Memorial da Anistia Política do Brasil, obra financiada pelo Ministério da Justiça e executada pela universidade.

A ação da PF foi questionada por ex-reitores da UFMG, entidades

acadêmicas e sindicatos. Professores e servidores fizeram protesto em frente à superintendência da PF, de manhã, e no campus, na tarde desta quarta. "Repudiamos inteiramente o uso da condução coercitiva e mais ainda a brutalidade e o desrespeito com que foram tratados o reitor e a vice-reitora, as ex-vice-reitoras e outros dirigentes e servidores da UFMG, em atos totalmente ofensivos, gratuitos e desnecessários", diz comunicado assinado por 8 ex-reitores e 3 ex-vice-reitores da universidade.

Temer força partidos a fecharem questão, mas dá tiro no pé. Reunião do PSDB fracassa

O novo "método" de Temer para assaltar a Previdência - isto é, para aprovar a indecente proposta de emenda constitucional (PEC) que corta direitos à aposentadoria há muito conquistados pelos trabalhadores - é, ele mesmo, uma confissão de fracasso. E o resultado foi também um fracasso.

Resumindo: Temer reuniu os presidentes e líderes dos partidos da chamada "base governista" para intimá-los a "fechar questão", isto é, obrigar seus deputados a votar na PEC do Além-túmulo - aquela em que o trabalhador se aposenta, na melhor das hipóteses, às vésperas de morrer.

FRACASSO

[NOTA: Antes que alguns leitores, com excessiva boa fé, digam que estamos exagerando: exigir que o trabalhador tenha, ao mesmo tempo, 40 anos de contribuição à Previdência - em um país onde os períodos de desemprego são frequentes - e também 65 anos de idade (ou 62, no caso das mulheres) para que sua aposentadoria seja integral, é condenar a maioria a morrer no trabalho ou a passar fome e doença até a morte com uma aposentadoria miserável. Nem é preciso lembrar o que acontece, pelo decréscimo de forças devido à velhice, com um trabalhador dentro de uma fábrica, ou, pior ainda, com trabalhadores braçais, por exemplo, cortadores de cana, pedreiros ou arrumadores de cargas. E essa é a versão mais "suave" do ataque à Previdência, que, evidentemente, não vai ficar por aí, se este for aprovado.]

Na quarta-feira, a reunião da direção do PSDB para discutir a "reforma da Previdência" - com a presença do secretário da Previdência, Marcelo Caetano, e do relator da "reforma", Arthur Maia - fracassou por falta de gente. Os dirigentes tucanos, em sua maioria, não foram à reunião; a começar pelo líder da bancada na Câmara, Ricardo Trípoli, pelo governador Geraldo Alckmin e pelo vice-presidente do partido, senador Tasso Jereissati (CE).

Em compensação, estavam o Aécio e o Imbassahy, ambos defendendo o "fechamento de questão" com a PEC de Temer. No fim da reunião, o deputado e ex-ministro Bruno Araújo informou à imprensa que "não houve fechamento de questão".

Na terça, o governador Alckmin, que será presidente nacional do PSDB, declarou que "fui deputado federal durante oito anos e nunca teve fechamento de questão. Em política, você convence. Política é convencimento".

Depois do presidente interino do PSDB, Alberto Goldman, ter dito que, em seu partido, "tem pessoas que já têm posição absolutamente firmada contra, outras absolutamente firmada a favor, e outros, um grande número, não tendo convicção da necessidade das mudanças", foi a vez do líder da bancada, Ricardo Trípoli, dizer que a PEC do Além-túmulo tinha o apoio "de 15 a 20 dos 46 deputados do partido. O resto não quer mesmo votar".

JERICO

Nos detivemos nos tucanos, aqui, somente para mostrar como a exigência de Temer de que os partidos "fechem questão" é estúpida e, a rigor, fora da realidade.

Como é possível fechar questão se a maioria dos deputados, inclusive no PSDB e no PSD - partido de Meirelles - estão contra a PEC do Além-túmulo?

É necessário ter um cérebro de banha - ou substância pior - como o de Temer e sua quadrilha, para pensar (?) em obrigar os deputados, como se fossem lacaios-peniqueiros, a botar a mão na sujeira, isto é, a votar no que eles não querem votar.

Mas por que surgiu essa ideia de jerico?

Porque o dinheiro, a propina - ou as promessas de subor-

no - não conseguiram os votos para aprovar essa insânia, que só um débil mental, tipo Meirelles, pode achar razoável.

Até para a base governista é demais, considerando as consequências eleitorais a curto prazo, em um Congresso já com popularidade menor que injeção no olho ou do que Judas em sábado de Aleluia.

Não é que Temer & quadrilha tenham subornado pouco - ou prometido menos suborno. Os cálculos mais insuspeitos (isto é, governistas) atingem um gasto de R\$ 14,5 bilhões - em dinheiro público, sob várias formas, para alugar deputados.

Na segunda-feira, o Planalto anunciou que não somente tinha conseguido os 308 votos para quebrar a Previdência, mas estavam sobrando votos. Algum gênio achou que, se essa "novidade" se espalhasse, criaria um "efeito manada", forçando deputados que resistem, a mudar de posição.

Mas todo mundo sabia que era mentira. Como, aliás, disse o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, quando sentiu o desastre: "Acho que divulgar número não ajuda. Ficar falando número, acho que não ajuda muito no processo de convencimento, fica parecendo uma pressão sobre os deputados".

Se não conhecêssemos o sujeito, diríamos que ele acabou de fazer a primeira comunhão. Mas tal frase ("fica parecendo pressão sobre os deputados") não é uma consequência do estado de graça. O que ele registrou foi o fracasso do governo - e tirou logo o corpo fora.

E, mais, disse Maia: "Não vou colocar para votar essa matéria para que, com uma expectativa de derrota, a gente tenha um resultado muito pior. Se tiver um sentimento de que a matéria vai ser derrotada, você vai ter 100 votos no plenário".

Pelo menos na cabeça de Maia, o "efeito manada" mais provável é na direção oposta.

SUBORNO

Já que o suborno não funcionou, Temer, um ladrão desmoralizado, que tem 98% de repúdio da população, um elemento que ninguém respeitava neste país, resolveu partir para a ignorância (hum...): obrigar os deputados a votar no que eles não querem votar.

E, claro, o PMDB "fechou questão" - com Moreira Franco declarando, ao fim da reunião, que não estava prevista punição para quem mandasse o fechamento de questão àquela parte.

Dos outros partidos, somente Roberto Jefferson, quer dizer, a parte do PTB em que ele manda, "fechou questão".

Mas não de graça: Jefferson pediu um aumento no valor das emendas individuais do Orçamento de 2018, atualmente em R\$ 14,7 milhões para cada um dos 594 deputados. Segundo declarou Jefferson, sua reivindicação é que o valor das emendas aumente em 20 milhões de reais por cabeça. Assim, o valor total iria de R\$ 8,7 bilhões para R\$ 20,6 bilhões, com uma consequência: o valor do fundo eleitoral recentemente votado aumentaria, pois ele é uma porcentagem sobre o valor total das emendas parlamentares. Assim, as organizações criminosas teriam mais dinheiro para a campanha eleitoral - ou para encher os bolsos de seus dirigentes.

Nas palavras de Jefferson: "Vale a pena pagar (o aumento das emendas), porque você vai pegar uma incompreensão que vai haver naturalmente contra os deputados, mas compensa dando dinheiro a eles".

Fora esse elemento, ninguém seguiu o PMDB. Como disse o líder da bancada do PSD, partido de Meirelles, "cada bancada tem sua realidade e a nossa não sai prometendo o que não tem".

Pela mesma razão, o deputado Rodrigo Maia disse que "não é relevante fechar ou não questão". Aliás, o seu próprio partido, o Dem, não "fechou questão".

CARLOS LOPES

Tiririca: "pelo menos o pouco que fiz foi votar de acordo com o povo"

O deputado federal Tiririca (PR-SP) resumiu o sentimento do povo brasileiro com o que a casta apodrecida da política brasileira, comandada pelos maiores partidos, tem feito com o país. Os ataques aos direitos trabalhistas, a reforma da previdência, tudo, é negociado à base de compra de votos. Ele disse que tem vergonha do que está acontecendo no Brasil.

Ele foi enfático ao pedir para que os deputados votem com o povo. "Subo pela primeira vez e a última (à tribuna). Estou saindo triste para caramba, estou muito chateado mesmo com o Parlamento".

"Ando nos aeroportos de cabeça erguida, mas eu acho que muitos dos senhores não têm essa coragem, de dizer que são parlamentares, porque é uma vergonha, é vergonhoso", disse. O deputado também acrescentou: "É

triste e o que vi nesses sete anos, saio totalmente com vergonha, não vou generalizar, não são todos, tem gente boa como em qualquer profissão".

Ele chamou a corrupção, a venda de votos e a defesa de interesses antinacionais no parlamento como "mecânica louca desta casa". "Estou saindo triste para caramba, estou muito chateado, muito chateado mesmo com a nossa política, com o nosso parlamento. Eu, como artista popular que sou e político que estou, estou bem chateado. Não com os meus sete anos aqui na política. Não fiz muita coisa, mas, pelo menos, fiz o que sou pago para fazer, estar aqui e votar de acordo com o povo", declarou.

Tiririca foi o deputado mais votado do país em 2010 com 1,5 milhão de votos. Em 2014 foi o segundo mais votado com 1 milhão de votos.

MPF denuncia ministro do Trabalho por favorecer o trabalho escravo

O Ministério Público Federal (MPF) em Brasília propôs, na quarta-feira (6), uma ação de improbidade administrativa contra o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que é denunciado por "enfraquecer políticas públicas" voltadas ao combate do trabalho escravo. A ação foi assinada por cinco procuradores da República.

O documento entregue à Justiça Federal pede que o ministro perca o cargo, tenha os direitos

políticos suspensos de 3 a 5 anos e pague multa pelos danos causados. Segundo o MPF, desde que assumiu o cargo, em maio de 2016, Nogueira tomou inúmeras medidas para enfraquecer a política pública de erradicação do trabalho escravo.

"A atuação dele resultou no enfraquecimento das estruturas e serviços públicos de fiscalização e combate ao trabalho em condição análoga à de escravo", diz o texto.

Franceses adquirem a Laticínios Itambé e dominam setor no Brasil

Multinacional francesa Lactalis já possuía a Batavo, Elegê, Poços de Caldas e a Parmalat e passou a ser a maior empresa de laticínios que atua no país

A Itambé Alimentos S.A. foi vendida na última terça-feira (5) para o grupo francês Lactalis, maior produtor de lácteos do mundo. Em setembro, a Cooperativa Central dos Produtores Rurais de Minas Gerais Ltda. (CCPR), havia anunciado a retomada de 100% do capital da empresa, depois recuperar os 50% que estavam com a JBS.

A empresa de produtores rurais tem 69 anos de existência e mais de 6 mil produtores de leite. A desnacionalização da empresa está sujeita à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), e segundo a CCPR deverá ser concluída no primeiro semestre de 2018. Para retomar 100% da empresa em setembro, a CCPR exerceu direito de preferência à compra da participação adicional de 50% no capital da Itambé que pertencia a 'Vigor', à época também vendida pelo grupo JBS.

Segundo a nota, CCPR e o grupo Lactalis firmaram "parceria estratégica para criar o líder nacional em produtos lácteos". O acordo prevê a aquisição, pelo Grupo Lactalis, de 100% das ações da Itambé Alimentos S.A. e um acordo de fornecimento de leite de longo prazo da CCPR para a Itambé.

A Itambé entra agora para a enorme lista de empresas desnacionalizadas nos últimos anos. As múltiplas assumem cada vez mais o controle de vastos setores da economia, e, além de diminuírem seu investimento no país, passam a remeter seus lucros para o exterior.

EMPRESTÍMIO
Antes de fechar com a Lactalis, a CCPR tentou viabilizar os recursos para fechar negócios e buscou ajuda do governo de Minas Gerais através da Companhia de Desenvolvi-

mento Econômico de Minas Gerais (Codemig) e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

A Codemig chegou a aprovar um empréstimo de R\$ 587 milhões para a CCPR, mas apenas no fim de novembro. O empréstimo não foi realizado. Antes disso, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) já havia admitido que participava de um sindicato de bancos que analisava a concessão de financiamento para a CCPR recomprar 50% da Itambé, mas sem sucesso.

MONOPOLIO
Fundado há 84 anos na França, o grupo Lactalis é o maior produtor de lácteos do mundo, com operações em 85 países, mais de 75 mil funcionários. A empresa está no Brasil desde 2011, e chegou ao país com a compra da Batavo, da Elegê e da Parmalat, que eram da BRF, quando esta decidiu deixar de atuar no setor de lácteos.

Além dessas marcas, a Lactalis atua no país com a Prê-reia, a Poços de Caldas e a Balkis, entre outras, e com a compra da Itambé, se tornou a maior compradora de leite do país, superando a suíça Nestlé.

No ano passado, a Nestlé captou 1,69 bilhão de litros, seguida pela Lactalis, com 1,62 bilhão, e pela CCPR/Itambé, com 1,1 bilhão, conforme ranking da Associação Leite Brasil.

Segundo nota da Lactalis, a multinacional capta leite em todo o Brasil, com presença principalmente no Sul do país, contando com mais de 10 mil produtores de leite em suas bacias leiteiras na região. Para a empresa a aquisição da Itambé trará grande "complementariedade geográfica para suas operações no Brasil".

Cabral diz que Pezão é o responsável pela crise do Rio de Janeiro, ele não

Preso e condenado em ações penais da Operação Lava-Jato, o ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral (2007-2014) criticou o governo de seu sucessor, Luiz Fernando Pezão (PMDB), e disse não ter qualquer responsabilidade quanto à crise financeira vivida pelo Estado nos últimos anos.

"Essa crise não é minha", declarou o peemedebista em interrogatório na 7ª Vara Federal Criminal conduzido pelo juiz Marcelo Bretas, responsável em primeira instância pelas ações da força-tarefa no Rio.

Cabral citou a frase atribuída ao ex-governador de São Paulo Adhemar de Barros (1901-1969) ao dizer que não era igual ao político paulista, "que rouba, mas faz". E disse que não houve superfaturamento nas obras da reforma do Maracanã que deixou concluída. "O Maracanã, desde 1950, não sofria uma reforma digna, uma reforma decente. O que eu desejava era a realização das obras, que o estádio estivesse pronto para os jogos. Em relação à escolha das empresas, não participei", esquivou-se Cabral.

Depois da afirmação, o ex-governador direcionou críticas à atual gestão do Estado, comandada pelo seu antigo vice e aliado, Pezão. "Se o Maracanã está mambembe, não (está) funcionando direito, é problema do atual governo. Se não foi feito o que deveria ter sido feito, o problema não foi meu", afirmou Cabral na tentativa de sair pela tangente. Questionado sobre o motivo de ser chamado de "chefe" pelos empresários, em provas encontradas pelo Ministério Público Federal (MPF), Cabral respondeu que "era um hábito dessa turma para puxar o saco de políticos". Cabral também desqualificou os depoimentos de colaboradores que o acusaram de receber propina e os chamou de mentirosos.

"Um tá combinando com o outro para falar, porque aí pode fugir da linha de colaboração", disse o ex-governador. Cabral chegou a chamar os delatores de "dedos-duros", o que irritou Bretas. "Você pode dizer que o colaborador é um dedo-duro fora daqui, mas no processo estão fazendo uma gravação, então é bom manter um comportamento", disse o juiz.



"Essa crise não é minha", disse o ex-governador Cabral em referência ao seu apadrinhado Pezão



Itambé entra para a lista dos grupos desnacionalizados nos últimos anos



"Anna Karenina" de Karen Shakhnazarov, foi exibido na abertura da mostra Abertura da 4ª Mostra Mosfilm de Cinema Soviético e Russo lota a sede da Cinemateca

Nesta terça-feira (5) foi aberta a 4ª Mostra Mosfilm de Cinema Soviético e Russo, realizada pelo CPC-UMES Filmes com o Estúdio Mosfilm, na Cinemateca Brasileira, em São Paulo com a estreia no Brasil do filme "Anna Karenina - A História de Vronsky", do premiado diretor Karen Shakhnazarov, lançado em junho deste ano na Rússia.

Até o próximo dia 10 a Cinemateca Brasileira exibirá mais 10 longas-metragens produzidos pelo Mosfilm, o maior e mais antigo estúdio da Europa, com um acervo de 2.500 títulos soviéticos e pós-soviéticos.

Também saudando a Mostra, esteve presente na Abertura, Konstantin Biryukov, representante da Agência Federal de Assuntos da Comunidade dos Estados Independentes, de Compatriotas no Exterior e de Cooperação Internacional Humanitária da Rússia (Rossotrudnichestvo) em São Paulo. "É uma satisfação para a nossa Embaixada e nosso Consulado estarmos



nessa parceira em todas essas Mostras, e hoje abrindo aqui a 4ª Mostra com 'Anna Karenina', um clássico Russo".

Além da 4ª Mostra em São Paulo, os filmes do Mosfilm também são exibidos no Sul do país, em Porto Alegre. Essa é a terceira vez que a Casa de Cultura Mario Quintana, em uma parceria do CPC-UMES Filmes e Cinemateca Paulo Amorim recebe o evento. Desta vez realizado a partir desta quinta-feira (07) até 20 de dezembro.

Já a capital do Ceará recebe pela segunda vez a Mostra Mosfilm de Cinema Soviético e Russo, no Cineteatro São Luiz

entre 07 e 09 de dezembro.

"Essa é a segunda vez que o Cineteatro São Luiz sedia, com exclusividade na Região Nordeste, essa importante mostra de filmes russos e soviéticos, consolidando uma parceria que julgamos de extrema importância com a CPC-UMES, representante dos interesses da Mosfilm no Brasil", destaca Duarte Dias, Programador e Curador do Cinema do Cineteatro São Luiz.

Em todo país a Mostra Mosfilm de Cinema Soviético e Russo tem entrada gratuita.

Rogério 157 é preso no Rio de Janeiro

Um dos criminosos mais procurados do Rio de Janeiro, Rogério Avelino da Silva, foi preso na manhã desta quarta-feira (6), durante uma operação das forças de segurança em comunidades da zona norte da capital fluminense. O bandido se encontrava na Favela do Arará, em Benfica.

Rogério 157, como é conhecido, foi uma das peças principais na guerra que se iniciou em 17 de setembro na favela da Rocinha, quando estourou um intenso confronto entre traficantes.

O bandido seria sucessor e ex-segurança pessoal do então traficante Nem, e herdou o controle do tráfico de drogas na Rocinha em 2011, após homens do batalhão de choque

efetuarem a prisão de Nem e o enviarem a um presídio federal em Porto Velho. Nem já tentou, em diversas oportunidades, indicar outros nomes para o controle do tráfico, porém nunca foi concretizado. Após Nem ordenar de dentro da prisão que Rogério 157 deixasse a Rocinha por não concordar com as atitudes tomadas por seu sucessor, Rogério matou aliados de Nem e expulsou sua mulher do morro, onde se iniciou toda a guerra entre os criminosos.

A corregedoria da Polícia Civil instaurou uma sindicância para investigar a conduta dos policiais que apareceram em fotos ao lado de Rogério 157 momentos após a prisão do criminoso. Nas imagens,

policiais militares armados e fardados aparecem sorridentes e felizes ao lado do traficante que é exposto como um troféu. Em uma das fotos, o próprio traficante aparece algemado e sorrindo. Na Cidade da Polícia, lugar onde Rogério 157 foi levado e onde foi registrado o caso, agentes que tiveram o conhecimento do alcance tomado pelas imagens e criticaram a postura dos colegas. "Tem gente muito trouxa. Tirar foto com bandido? Parece até que não conhecem o código penal", disse um policial que não quis se identificar. Outro policial de alto cargo declarou que "foi um momento de explosão, mas isso já está sendo visto", declarou.



Hora do Povo inaugura seu novo portal com comemoração no Sindicato dos Jornalistas

No dia 30 de novembro o Jornal Hora do Povo lançou seu novo site. O evento aconteceu no Sindicato dos Jornalistas de São Paulo, e contou com a presença de jornalistas, políticos, dirigentes de entidades sindicais e de movimentos sociais. Para conferir as novidades do novo portal acesse: www.horadopovo.org.br



Além da vida

Eu li o site de vocês pela primeira vez e me interessei, porém, logo vi que este site é de uma posição única: esquerda petista. Não localizei uma única notícia falando sobre os roubos do Lula ou como ele pode ter 30 milhões bloqueados se ele recebia mensalmente apenas 23 mil como presidente. Onde estão os crimes do PT, do PCdoB e de outros partidecos de esquerda? Ora, um jornal tem que ser imparcial e não vi isto neste site.

Leandro Sarno - por correio eletrônico

Nota da Redação: Temos a impressão, leitor, que você leu outro jornal. Ou, senão, enviou seu e-mail para o jornal errado, o que, aliás, é a mesma coisa. Leia outra vez. Você vai ver que... não, não precisa se desculpar. Essas coisas acontecem.

As letras e a paz

A Literatura, em alguns de seus mais gloriosos voos, exaltou a Paz (Tolstói, Hemingway, por exemplo). Entretanto outras vezes a Literatura, ainda que em obras inexpressivas, pactuou com a Guerra. Vejo a Literatura a serviço da justiça e da verdade, opondo-se a tudo que nega esses valores. O escritor engrandece seu ofício quando, através da pena, torna-se profeta de um mundo novo, pacífico, solidário e justo. A ideia de paz acolhida nas mentes e corações resulta de uma busca da inteligência e da vontade. O grande desafio é: disseminar o sentido de paz em todo o organismo social; educar para o florescimento, a manutenção e a defesa da paz; plasmar uma cultura da paz radicada no inconsciente coletivo. Esse esforço educacional terá, necessariamente, diversos artifícios, diversas fronteiras de atuação. Papel fundamental cabe a aqueles que fazem da palavra estrita ou falada seu instrumento de trabalho. A luta a favor da paz não é fácil. Interesses econômicos monumentais sustentam as guerras.

João Baptista Herkenhoff, juiz aposentado (ES), professor, escritor e palestrante - por correio eletrônico

Ministério Público Militar denuncia 11 pessoas por desvio de R\$ 150 milhões

O Ministério Público Militar (MPM) no Rio de Janeiro denunciou 11 pessoas, entre militares e civis, pelos crimes de estelionato e violação de dever funcional em um esquema de fraudes e pagamentos de propina que causou um prejuízo de pelo menos R\$ 150 milhões aos cofres públicos.

Entre os denunciados estão três coronéis da reserva do Exército brasileiro, um coronel e dois majores da ativa, além de cinco civis. A denúncia chegou em fins de novembro para análise do STM (Superior Tribunal Militar), a mais alta corte da justiça militar do país.

De acordo com denúncia assinada pelo procurador da Justiça Militar Ednilson Pires, o esquema funcionou entre setembro de 2005 e dezembro de 2010 e envolvia fraudes em procedimentos de dispensa de licitação e em contratos celebrados entre o DEC (Departamento de Engenharia e Construção) do Exército e fundações privadas.

Os contratos estavam sob a coordenação e a fiscalização do Centran (Centro de Excelência em Engenharia de Transportes), também conhecido como Assessoria 7 do DEC (A7/DEC).

Aprovação de Dória despensa e 39% já o consideram 'péssimo'

O Instituto Datafolha divulgou nesta segunda-feira (5) através do Jornal "Folha de S.Paulo", uma pesquisa onde mostra que a aprovação da gestão de João Dória (PSDB) na Prefeitura de São Paulo despencou em comparação com outras pesquisas realizadas no decorrer de 2017.

O percentual de quem considera a gestão Dória ruim ou péssima, subiu de 26%, na pesquisa realizada no começo de outubro, para 39% na pesquisa atual. Em fevereiro, apenas 13% das pessoas disseram considerar a gestão como ruim ou péssimo. A gestão foi considerada regular por 29% e boa por 31% dos entrevistados.

Os números de reprovação demonstram a insatisfação que a população da capital tem com a gestão Dória. O prefeito acreditou que poderia governar a maior cidade do país apenas com marketing e campanhas publicitárias e que, nem mesmo, precisaria estar na cidade para governá-la.

O abandono da saúde, das ruas, o descaso com a população carente e com a periferia, além da entrega do patrimônio do povo da cidade para seus aliados em processos de privatização que tem apenas este fim, evidenciam o caráter da gestão Dória.

No mesmo dia em que os números foram divulgados, a prefeitura comemora a aprovação da privatização do Anhembi. O projeto prevê a entrega da SPTuris, empresa que administra o complexo, composto pelo centro de convenções, auditórios e o Sambódromo, para empresas privadas sem qualquer justificativa.



Estácio de Sá demite 1,2 mil professores para recontratar com salários mais baixos

A faculdade Estácio de Sá, segundo maior grupo de ensino privado do país, escancarou nessa semana as consequências da chamada reforma trabalhista: demitir em massa para recontratar com salários mais baixos.

O grupo demitiu 1,2 mil professores, de um total de 10 mil, e irá recontratar outros profissionais com salários menores sob o regime de “trabalho intermitente”. A nova regra determina um intervalo de 18 meses para que os mesmos profissionais sejam recontratados. Nesta modalidade, o funcionários ficam à disposição da empresa, podendo ser convocados quando necessário, e receberão por hora trabalhada, sem mesmo a definição de um salário mínimo mensal. A instituição afirma que manterá “um cadastro reserva de docentes para atender possíveis demandas nos próximos semestres, de acordo com as evoluções curriculares”.

Após do anúncio dos desligamentos, o Ministério Público do Trabalho (MPT) divulgou na quarta-feira (6) que abriu inquérito para investigar as demissões realizadas com entrada em vigor da reforma trabalhista. De acordo com o coordenador do Núcleo de Fraudes Trabalhistas do MPT-Rio, Rodrigo Carelli, a falta de transparência das empresas, e o visível desrespeito aos direitos dos trabalhadores, será investigado com rigor.

Que o objetivo é reduzir salários nem mesmo o presidente do grupo, Pedro Thompson, fez questão de disfarçar. Segundo ele, “a investigação proposta pelo MPT está fora de contexto. Não estamos em desacordo com a legislação. Estamos dispensando 1.200 professores e vamos contratar outros 1.200. Estamos adequando o custo da hora/aula porque havia distorções para cima. Quem entrar, será remunerado de acordo com a média praticada pelo mercado”, disse.

Um professor demitido na manhã de terça-feira (5), que pediu para não ter sua identidade divulgada, afirma que a demissão em massa não havia sido sinalizada e surpreendeu a todos. Segundo ele, existia uma desconfiança por parte dos professores quando a reforma trabalhista entrou em vigor, mas não se esperava que aconteceria tão cedo e com tamanha dimensão.

O Sindicato dos Professores chamou os funcionários das universidades para uma assembleia para definir que ações tomar frente à medida.



Gláucia Morelli, presidente da CMB exige punição à Ministro do TSE que agrediu esposa

A Confederação das Mulheres do Brasil (CMB), divulgou uma nota, assinada pela presidente, Gláucia Morelli, exigindo punição ao Ministro do TSE, Admar Gonzaga, por agressão contra sua mulher Elida Souza Matos.

“A Confederação das Mulheres do Brasil repudia veementemente o ataque criminoso sofrido por Elida Souza Matos, de 42 anos, praticado por seu marido, o ministro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Admar Gonzaga”.

“A denúncia do crime, empurrões violentos e agressivos, foi feita pela própria Elida, em boletim de ocorrência registrado contra o ministro do TSE, no dia 23 de junho, em Brasília, com a realização de exame de corpo de delito. De acordo com o laudo, houve ‘ofensa à integridade corporal ou à saúde’, por meio ‘contundente’. Atendida no IML, a mulher do ministro apresentava, segundo o laudo, ‘edema e equimose violácea em região orbital direita”.

“Não se pode minimizar essa covardia.

Gonzaga foi denunciado, pela Procuradoria-Geral da República, por agressão à mulher e o caso permanece sobre relatoria do decano Celso de Melo, que ainda não tomou uma decisão sobre o pedido de medidas protetivas. Como ministro do TSE, Gonzaga só pode ser julgado pelo Supremo. Ele tem direito ao famigerado ‘fórum privilegiado”.

Para a entidade, “a corte suprema deve dar exemplo para a sociedade, punindo exemplarmente o juiz. Que não seja aceita a defesa do criminoso de que não houve nada que justificasse sua prisão à época e que foi apenas um acidente caseiro, cometido por uma mulher ciumenta”.

“Exigimos que a lei seja cumprida! Exigimos a permanência de Admar na cadeia com severa punição bem como a todos aqueles que ousarem, por uma fração de segundo sequer, agirem ou defenderem atos violentos contra qualquer mulher! Ainda que o agressor seja ministro e aliado de Temer, a lei deve valer para todos”, ressalta a CMB.



Manifestação de aposentados e servidores em frente ao INSS, em Natal



Metalúrgicos de São Paulo e São José dos Campos durante ato no dia 5

População vai às ruas em dia de protestos contra PEC que assalta as aposentadorias

A última terça-feira, 5, foi marcada por protestos e mobilização contra a reforma da Previdência em todo o país. Aposentados, professores, metalúrgicos, petroleiros, servidores públicos e trabalhadores de todos os setores se reuniram para lutar contra a aprovação da reforma e deixar claro que “se votar, o Brasil vai parar”.

Frente ao recuo do governo, que pretendia ter votado esta semana a reforma, os trabalhadores organizaram manifestações e atos em diversas partes do país, em grandes avenidas, em frente às sedes do INSS, no chão de fábricas.

Em São Paulo (SP) e em São José dos Campos (SP), metalúrgicos realizaram assembleias e passeatas na região. Houve também manifestação na Av. Paulista com os trabalhadores do Judiciário, Metroviários, além de movimentos de negritude, mulheres e de estudantes.

No Rio de Janeiro, pela manhã, os protestos ocorreram nos bairros, fábricas

e ruas, e à noite mais de 10 mil manifestantes se reuniram na Candelária, de onde da Avenida Rio Branco até a Cinelândia. “É muito importante manter as manifestações contra a reforma da previdência. O governo está com dificuldades de conseguir os votos para aprová-la e temos que levar essas manifestações para a porta da casa dos deputados federais. Essa reforma atinge principalmente os servidores públicos e nós sabemos que ela não é necessária, pois a auditoria já provou que não existe déficit na Previdência”, afirma Marco Correa da Silva, presidente da Federação dos Servidores Públicos Municipais do Estado do Rio de Janeiro (Fesep-RJ).

Em Aracaju (SE), trabalhadores dos transportes, agências bancárias, comerciantes, petroleiros entre outras categorias paralisaram as atividades pelo dia. Travamentos de avenidas também foram realizados, além de manifestações. Em

Minas Gerais, houve ato unificado em Belo Horizonte. Em Porto Alegre (RS), após concentração nas proximidades da estação rodoviária da cidade, trabalhadores de diversas categorias se deslocaram até o prédio do INSS, em marcha. Também houve atos em Salvador (BA), Recife (PB), São Luís (MA), Belém (PA), Brasília (DF), Goiânia (GO).

Além disso, os sindicatos estaduais de São Paulo dos Metroviários, dos Eletricistas e do Sintaema (Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente), emitiram uma convocatória chamando a todas as entidades para unificar as categorias na luta contra a reforma. As entidades estão organizando uma assembleia geral no dia 07.

Segundo o dirigente da executiva nacional da Conlutas, Luiz Carlos Prates, o Mancha, presente no ato em São Paulo, “é necessário preparar a Greve Geral para o caso de o governo insistir nisso”, destacou.



Centrais fazem manifestação na Avenida Paulista contra juros altos do Banco Central

A Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), a Força Sindical, e a União Geral dos Trabalhadores (UGT), em conjunto de sindicatos que representam trabalhadores metalúrgicos, da indústria química, da construção civil e dos comerciantes realizaram protesto na manhã de quarta (6), em frente à sede do Banco Central, na capital paulista, contra os juros altos da taxa básica Selic, que

esfolam a economia brasileira. (Leia sobre a decisão do Copom na página 2).

Segundo o presidente da CGTB, Ubiraci de Oliveira (Bira), “todo ano são mais de R\$ 500 bilhões vão para as mãos dos banqueiros, então é evidente que fica faltando recurso para saúde, para educação, para o investimento. O investimento público caiu abaixo de 15%. Isto significa uma perda muito grande para

todos os trabalhadores e para indústria nacional”, denunciou Bira.

Já o secretário-geral da Força, João Carlos Gonçalves (Juruna), disse que “com juros altos a economia não anda. O consumo cai. Você compra uma geladeira e acaba pagando três. Compra uma televisão e paga duas. Isso acaba gerando desemprego, empresa fecham suas portas. É um mal que atinge a todos”, afirmou Juruna.

Aposentados e trabalhadores foram às ruas nesta terça e prometem aumentar pressão: ‘PEC da Previdência não passa’

Na última terça-feira, 05 de dezembro, aposentados de todo o país se reuniram para protestar contra o fim da previdência pública que Temer quer aprovar contra a vontade do povo, e realizaram atos nas sedes do INSS e, em Brasília, em frente ao antigo Ministério da Previdência.

O governo havia marcado a seção desta quarta-feira, 6, para votação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) que estabelece a reforma da Previdência, porém, após a grande pressão dos trabalhadores e rejeição da população, acabou adiando a votação. Até o momento Temer não conseguiu confirmar o voto dos 308 deputados necessários para aprovar a reforma.

Para o presidente da COBAP (Confederação Brasileira dos Aposentados, Pensionistas e Idosos), Warley Martins, o recuo do governo é uma vitória do povo brasileiro, que não aceita de braços cruzados que lhes roubem os direitos. Segundo o dirigente, este é o momento de “redobrar a pressão para que essa reforma não seja votada nunca”.

Os aposentados se reuniram com faixas em cartazes em frente ao prédio onde funcionava o Ministério da Previdência, um ato também simbólico pela exigência da COBAP pela recriação do Ministério que foi extinto por esse governo. Warley ainda denuncia que “o povo não está engolindo as mentiras do governo, de que o Brasil vai quebrar se não fizerem a reforma, ou de que ela foi criada para ‘acabar com privilégios’. Todo mundo sabe que Temer se aposentou cedo, que ganha uma aposentadoria milionária, enquanto que o trabalhador é descontado na fonte. Não tem condição de passar essa reforma, e se tentarem não vamos deixar, vamos parar o Brasil”.

A entidade vem organizando uma campanha de pressão sobre os deputados para que não reste qualquer dúvida a respeito da possibilidade de se reelegerem caso votem a favor da lei de Temer. “Declaramos guerra contra a reforma da Previdência. O trabalhador tem a

contribuição descontada da fonte, as empresas e bancos milionários têm dívidas bilionárias com a previdência, o governo não cobra e ainda faz programas de isenção para os poderosos, e querem botar a conta dessa ingestão para o povo pagar. Agora não podemos descansar, vamos enterrar de vez essa maldade”, defendeu o líder aposentado.

Os aposentados chegaram a fazer outra manifestação no dia seguinte, 6. Os manifestantes se reuniram na quadra residencial 302, em Brasília (DF), onde a maioria dos deputados federais reside quando estão na capital. Antes das sete horas da manhã, manifestantes liderados pela Federação dos Aposentados e Pensionistas do Distrito Federal (FAP-DF), filiada à COBAP, já estavam no local gritando palavras de ordem como “Quem votar, não volta”, “Não tem déficit, tem roubo”.

No horário de pico, entre oito e dez horas da manhã, os manifestantes deitaram no asfalto na saída da quadra, impedindo que os carros dos deputados passassem. “Precamos nos mobilizar para impedir a votação dessa reforma, mostrar que estamos atentos aos votos dos deputados. Manteremos a mobilização hoje e na próxima semana, até derrubarmos a reforma”, afirmou o presidente da FAP-DF, João Pimenta.

Os aposentados também lutam pela divulgação do resultado da CPI da Previdência, realizada pelo Senado federal, que desmente a história do rombo nas contas do INSS, além de apontar que há diversas empresas que têm dívidas gigantescas com o órgão, como a JBS, cuja dívida chega a R\$ 2,39 bilhões. O governo e a mídia, no entanto, preferem esconder os resultados da CPI, para continuar a tentar roubar o povo de seus direitos.

A Cobap também divulgou em seu site os nomes e contatos de todos os deputados federais convocando a cada internauta ou cidadão comum que “escolha um deputado líder de partido político e exija que ele vote NAO ao fim da nossa aposentadoria”.

Fonacate denuncia Temer por “nítido confisco de salários”

O Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) também realizou protestos nesta terça-feira, 5, contra a reforma da Previdência e a Medida Provisória (MP) 805/17, que suspendeu os reajustes salariais dos servidores federais e elevou a contribuição previdenciária de 11% para 14% do funcionalismo público.

O fórum que representa 28 entidades e mais de 200 mil servidores informou na quarta-feira, 6, que entrou com parte na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI nº. 5.809/DF), ajuizada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 8 de novembro, contra a MP 805/17, como “amicus curiae” (parte no processo que tem por finalidade fornecer subsídios às decisões dos tribunais).

A entidade denuncia que a MP atenta contra os direitos sociais da categoria. Segundo as entidades “ao vedar a atualização da remuneração,

o governo restringiu e dificultou, aos servidores e às suas famílias, o acesso à educação, à saúde, à alimentação, ao trabalho, à moradia, ao transporte, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados”.

Na ação, o Fonacate destaca que o governo feriu o “princípio da irredutibilidade dos vencimentos” e cometeu “nítido confisco dos salários”, ao aumentar a alíquota previdenciária “sem prévio cálculo atuarial que comprove a necessidade de majoração do tributo e o benefício direto” dessa iniciativa.

Para o presidente do Fonacate, Rudinei Marques, “a expectativa, agora, é que a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Cármen Lúcia, coloque o assunto na ordem do dia”. A entidade informou que pretende pedir uma audiência com a ministra para conversar sobre a urgência da ADI.

PGR intima diretor da Pemex que recebeu suborno da Odebrecht

A Procuradoria-Geral do México (PGR) informou que intimou o ex-diretor da estatal Petróleos Mexicanos (Pemex), Emilio Lozoya, a depor sobre os subornos pagos pela Odebrecht no México e que estão sob investigação.

Lozoya, diretor-geral da Pemex entre 2012 e 2016 e ligado ao presidente Enrique Peña Nieto, teria recebido 10 milhões de dólares da Odebrecht em troca de favorecer o grupo em futuras concorrências públicas. Em uma das transações, o executivo ofereceu a diretores da construtora no México “operar no Conselho de Administração” da Pemex para que a empresa “obtivesse um contrato para a reorganização da refinaria Miguel Hidalgo, na cidade de Tula, no estado de Hidalgo”, afirmou Luis Alberto Meneses de Weyll, ex-diretor da Odebrecht no México, na segunda parte do vídeo de sua colaboração premiada que foi divulgado na terça-feira, dia 5. Em troca dessa operação relacionada com a cidade de Tula, a construtora se comprometeu a pagar a Lozoya 6 milhões de dólares em duas partes: 2 milhões como demonstração de agradecimento prévio à atuação de Lozoya no Conselho e 4 milhões uma vez obtido o contrato, sempre de acordo com a declaração de Meneses.

O ex-funcionário, que foi diretor da Odebrecht entre 2010 e 2017, está detido no Brasil e responde ao juiz Sergio Moro, responsável pelas investigações, como colaborador premiado.

“Penso que a orientação do diretor geral do Conselho da Pemex foi determinante para obter o contrato”, disse Meneses nessa gravação ante os promotores brasileiros e que forma parte de vídeos obtidos por Quinto Elemento Lab, organização mexicana que forma parte da Rede de Investigações Jornalísticas Estruturadas.

Diante do aparecimento de um vídeo onde o ex-diretor da Odebrecht no México incrimina e acusa diretamente a Emilio Lozoya Austin, ex-titular de Pemex, de ter recebido subornos de cerca de 10 milhões de dólares da empresa brasileira e afirma ainda que esses recursos se destinaram à campanha do presidente Enrique Peña Nieto nas eleições de 2012, o Partido do Trabalho do México exige à Procuradoria Geral da República que destrave a investigação e se condene aos responsáveis.

O integrante da Comissão Executiva Nacional do Partido do Trabalho, Alberto Anaya Gutiérrez, pediu que a investigação chegasse até suas últimas consequências, porque o caso Odebrecht é só um reflexo da corrupção e impunidade que impera no país.

SUSANA SANTOS

Grécia: emenda que ataca direito de greve conflagra ruas de Atenas



Sindicalistas gregos avançam sobre a sede do Ministério do Trabalho

Manifestantes ocupam centro de Tel Aviv contra o “governo do crime organizado”

Dezenas de milhares se manifestaram no sábado à noite em Tel Aviv com cartazes afirmando: “Fora governo do crime organizado!”

A manifestação foi convocada após a primeira leitura no Knesset (Congresso de Israel) de um projeto no sentido de blindar o primeiro-ministro que já é indiciado e investigados em quatro processos por corrupção.

A nova lei proibiria a polícia de revelar publicamente as suas recomendações no combate à corrupção governamental. O general da reserva, Amiram Levin, falando no ato declarou: “Os membros covardes do governo e da coalizão que sustenta a Bibi não poderão dizer que não viram. Os que silenciam emprestam sua mão para a corrupção”.

Segundo o jornal israelense, Haaretz, durante o ato, críticos da lei denunciavam a intenção de “proteger Netanyahu e manter o público sem noção sobre as investigações em torno dele”.

Uma das acusações cita Bibi Netanyahu, por ter aceito presentes que vão desde estadia em hotéis a charutos e Champanhe em troca de favores governamentais.

Entre os diversos casos, há o que envolve a compra de cinco submarinos alemães no valor de US\$ 2 bilhões adquiridos à ThissenKrupp. Diversos elementos já estão presos.



Israelenses protestam contra corrupção de Netaniahu

Um deles é Miki Ganor, que assim como o ex-assessor de Bibi Netanyahu, Ari Harow, está negociando sua colaboração premiada com o Estado. No que se divulgou até agora, o envolvimento do primeiro-ministro se dá pelo fato de ter como seu advogado a David Shimron, representante, em Israel, dos alemães que venderam os submarinos.

O que se denuncia no caso é que bastava que Netanyahu soubesse da posição de Shimron como agente dos alemães para que houvesse aí um conflito de interesses. Além disso, tanto Shimron quanto Netanyahu fizeram gestões e pressão para o cancelamento dos processos de licitação em curso que preferiam a Thyssen e reorientaram as negociações para que o pedido fosse entregue aos alemães. O então ministro da Defesa, Moshe Ya'alon se opôs. Foi logo afastado.

Há, ainda a denúncia vinda do procurador-geral, Yosef Shapira, de que Netanyahu omitiu informa-

ções sobre sua amizade pessoal com Shaul Elovitch, um dos principais acionistas da companhia Bezeq, no momento em que a procuradoria levantava questionamentos sobre ações ilícitas conectadas ao monopólio israelense de telecomunicações.

De fato, Netanyahu trabalhou, dentro do governo pelos interesses de Elovitch, através de outro relacionamento próximo, Shlomo Filber, líder do mesmo partido de Bibi, o Likud. Filber repassava informações sobre políticas para o setor, debatidas no ministério, a Elovitch e, por outro lado, atuava no sentido de que as orientações da Bezeq se tornassem política de Estado. A coisa chegou ao ponto do premiê demitir o diretor-geral do Ministério das Comunicações, Avi Berger, por telefone e nomear Filber para seu lugar. Algumas das propostas de Berger feriam interesses da Bezeq.

Houve confrontos diante do Ministério do Trabalho, casa do premiê Tsipras e parlamento grego. Greve geral está convocada para o dia 14

Sindicalistas tomaram as ruas da capital grega depois que o governo iniciou o prepare de uma emenda constitucional para suprimir liberdades sindicais inclusive o direito de greve.

Com palavras de ordem como “Tirem as mãos de nosso direito de greve”, milhares de trabalhadores dirigiram-se à sede do Ministério do Trabalho, diante do qual solicitaram audiência de uma comissão de sindicalistas com o ministro.

Em vez de receber a comissão chamaram tropa policial e desceram portões metálicos à frente do prédio. Os manifestantes formaram um ariete humano (a cena pode ser vista no vídeo <https://www.youtube.com/watch?v=5jJ8rntDzWM>) e arrombaram os portões para depois retirarem a placa alusiva ao ministério afirmando que “não merece este nome, pois representam os patrões”.

Os choques com a polícia nas ruas de Atenas se alastaram e houve confrontos de manifestantes com a polícia diante do parlamento grego e da casa do primeiro-ministro Alexis Tsipras, depois que a polícia lançou gás lacrimogêneo sobre os sindicalistas que protestaram.

O ataque ao direito de greve é uma tentativa desesperada de barrar a combativa resposta do movimento sindical grego, que resultou

em inúmeras paralisações.

Diante das grandes manifestações e protestos generalizados, o governo da coalizão Syriza, que traiu as promessas de enfrentar a Troika (FMI, União Europeia e BC da Europa) e tem submetido o povo grego a um arrocho monstruoso para amealhar o que pode para entregar aos banqueiros anunciou que adia a formulação da emenda e o seu envio ao parlamento.

A PAME, Frente Militante dos Trabalhadores, alerta, em documento divulgado no dia 5, alerta que o governo recuou graças a pronta mobilização e defesa dos direitos sindicais mas não desistiu da agressão e convoca u ma greve geral está convocada para o dia 14.

Ao anoitecer de quarta-feira, ocorreram mais choques com a polícia quando milhares de estudantes voltaram a ocupar as ruas de Atenas no nono aniversário da morte do jovem Grigoropoulos em confrontos naquele dia.

Cantando “a bala não matou por acaso” e aproveitando a marcha para denunciar a recessão e o desemprego que assolam o país, deixando a juventude sem perspectivas de trabalho. Quando a polícia chegou para reprimir a marcha, foi recebida com coquetéis molotov.

NATHANIEL BRAIA

Assassinato de jovem negro gera confronto com a polícia de Paris

A polícia francesa reprimiu uma manifestação contra a morte de um jovem negro por policiais na estação de trem Gare du Nord, localizada em Paris. Aos gritos de “Justiça para Massar”, os manifestantes percorreram o interior da estação, no domingo (3). Apesar do abuso policial, que não economizou cacetadas e gás de pimenta, os manifestantes resistiram e o ato se estendeu para as ruas vizinhas à estação.

O jovem Massar D. (20) foi preso pela polícia na Gare du Nord, no início de novembro, e pouco depois entrou em estado de coma profundo, vindo a falecer 13 dias após ter sido hospitalizado. A manifestação foi organizada por seus parentes, com apoio da comunidade negra e de dezenas de ativistas dos direitos humanos da cidade, exigindo uma investigação sobre o que levou Massar à morte. Para a jornalista Rokhaya Diallo, que fez a cobertura da manifestação, “a família e os movimentos de protesto contra a violência policial estão apenas

exigindo esclarecimentos sobre as circunstâncias problemáticas do desaparecimento de Massar”.

A manifestação foi convocada, entre outros, pelo site “demonstphere.eu” e transmitida ao vivo pelo Facebook através da página “Blocus Info” e pelo Twitter do jornalista Sihame Assbague. Nas imagens é possível ver a indignação dos manifestantes que reclamam a morte de três jovens negros (Joaël (19), Nicolas (21) e Massar) em apenas uma semana. Tais mortes corresponderam a 20% das estatísticas anuais apontadas pelo governo para a morte de jovens negros.

Em sua defesa, conforme noticiou o site francês “20 Minutes”, a polícia afirma que Massar foi preso após perseguição dentro da estação por suspeita de tráfico de drogas. Testemunhas, alegaram ao site, que Massar foi agredido pelos policiais durante e após a perseguição. Pouco depois ele passou mal e teve uma parada cardíaca, causando dano cerebral.

ONU pede cessar-fogo no Iêmen

“Eu enviei uma mensagem pedindo uma trégua, uma pausa para a paz, uma pausa humanitária, para que as partes parem de disparar, parem de lutar, parem com os bombardeios aéreos, para que as pessoas possam ir aos hospitais, possam procurar um local seguro para se abrigar, possibilitando melhores condições para que encontrem água e comida”, afirmou o coordenador humanitário da ONU, Jamie McGoldrick, durante conferência de imprensa realizada a partir da capital iemenita, Saana, por telefone junto a diversos jornalistas em Genebra.

A ONU deu início na segunda-feira (4) a uma campanha humanitária e enviou 136 mil toneladas de alimentos ao país, um esforço significativo porém insuficiente para as necessidades de importação de alimento, sobretudo tendo em vista a agressão saudita. No norte do Iêmen, por exemplo, há cerca de 15 milhões de pessoas dependendo de alimentos enviados pela ajuda humanitária internacional, ao passo que o único porto da região está bloqueado pelos sauditas.

Ao falar do esforço da ONU, McGoldrick criticou os bombardeios que se seguiram por parte do governo da Arábia Saudita ignorando o cessar-fogo. “Nossa capacidade de chegar às pessoas, nesses últimos cinco dias, foi impedida por ataques aéreos, devido aos confrontos, bloqueando nossas atividades de apoio para salvar vidas”, completou.

Os bombardeios sauditas, que têm causado grande dano ao povo do Iêmen, e foram intensificados desde que a ONU pressionou pelo cessar-fogo na região. Nesse sentido, os funcionários da ONU relataram que pelo menos dois bombardeios sauditas foram perpetrados nas proximidades do complexo da ONU em Sanaa, desde as exigências de paz.

Com isso, as tensões em Sanaa foram exacerbadas, dificultando ainda mais a entrega de ajuda humanitária na área em torno da capital, região duramente afetada por um bloqueio naval saudita, responsável pela fome em massa e uma enorme crise médica por falta de insulina e outros medicamentos vitais.

GABRIEL CRUZ

Presidente do Iêmen paga com a vida adesão ao agressor saudita

Logo após a retomada do controle da capital do Iêmen pelos revolucionários iemenitas, e derrotada a tentativa de golpe por, Ali Abdullah Saleh, então presidente do país que decidiu se aliar à Arábia Saudita e teve sua residência bombardeada, vindo a falecer no dia 4, Sayyed Abdul-Malik al-Houthi, líder do movimento revolucionário iemenita, Ansurallah, declarou (matéria publicada no portal Yemen Extra) que “os inimigos do Iêmen deveriam aprender uma lição do fracasso do complô de Saleh” e chamou “todas as forças políticas do país a se manterem unidas e a formarem uma única frente para defender a liberdade e independência do Iêmen e derrotar a agressão inimiga”.

Enfatizou que os “membros do partido de Saleh, o Congresso Geral do Povo, são nossos irmãos e muitos cooperaram na defesa do país contra o complô e os agressores”.

Malik afirma que Saleh, “apesar de sua pretensão, de início, de se opor à agressão saudita, ao final



Revolucionários tomam Sanaa e atacam a casa de Saleh

mudou de curso e tomou o lado dos agressores. Mas o povo conseguiu impedir uma ameaça à segurança do país ao derrotar o complô”.

Ele enfatizou que “as posições tomadas por Saleh eram abertamente em favor dos inimigos do Iêmen, posições bancadas por uma frente midiática dos inimigos tomou até membros de seu próprio partido de surpresa”.

Referindo-se ao “fracasso dos esforços encetados pela Arábia Saudita e seus aliados, incluindo Estados Unidos e Inglaterra”, declarou que, diante da derrota “eles foram consumidos por sua própria raiva e dissemos a eles

que morram dessa raiva porque tudo que fizeram vai tornar a nação iemenita mais resistente e vigilante”.

O líder revolucionário iemenita afirmou que muitos dos integrantes do partido do traidor Saleh, o Partido do Congresso, “foram pegos de surpresa e não aceitaram a adesão de Saleh aos inimigos”.

Malik Al Houthi proibiu os combatentes e militantes de seu partido, o Ansurallah, a tomarem todos os cuidados e a não retaliarem os membros do Partido do Congresso, uma vez que muitos ajudaram a debelar o golpe engendrado pelo ex-presidente.



Os corpos chacinados expostos em Mogadishu

Ataque dos EUA a aldeia na Somália assassina 10 civis

A jornalista Cristina Goldbaum, em colaboração com o portal Daily Beast, e em entrevista à rede de TV, Democracy Now, no dia 1º, após investigação na Somália, denuncia que “as evidências muito fortes apontam que foi o ataque de tropas norte-americanas o responsável pela morte de 10 civis” no país.

O ataque se deu na aldeia de Barire, no Estado do Baixo Shabelle no mês de agosto.

A primeira denúncia de que foram tropas americanas que mataram civis desarmados partiu de uma reportagem da Associated Press, publicada em 15 de agosto no portal National Post.

Imediatamente, o centro de informações do Comando da África – Africom que centraliza a intervenção norte-americana no continente africano declarou que em um simples release para a imprensa que “depois de uma ampla investigação realizada em 25 de agosto de 2017, sobre as alegadas mortes de civis, o Comando Especial de Operações na África, concluiu que as únicas baixas foram de combatentes inimigos armados”.

Antes desse breve “informe”, os moradores da aldeia levaram os cadáveres e os expuseram em um recanto da capital Mogadishu. Entre os mortos, alegados “combatentes inimigos”, uma mulher e duas crianças de 8 a 10 anos.

Os aldeões foram mortos “um a um” depois que os soldados invadiram a aldeia Barire, afirmou o vice-governador do Baixo Shabelle, Ali Nur Mohamed.

A entrevista de Cristina Goldbaum, concedida em Nairobi, Quênia, foi ao ar poucos dias antes do início de audiência no Comitê da Câmara dos Deputados para Assuntos do Exterior para discutir a intervenção militar dos Estados Unidos e que a

Casa Branca chama de “esforço de contraterrorismo na África”.

Segundo a jornalista, um comando de oito soldados norte-americanos se aproximou da aldeia Barire à frente de um pelotão de 20 soldados do Exército Nacional da Somália e mais quatro “operadores” norte-americanos atrás deles.

A fonte de Goldbaum foi um soldado somali, que ela mantém anônimo por razões óbvias.

Os americanos já chegaram disparando em dois homens que preparavam chá. Seguiram-se disparos sobre pessoas que saíam das casas para entender o que estava acontecendo.

Segundo a reportagem do Daily Beast, os norte-americanos atuam na Somália de forma alinhada ao governo que instalaram e de forma irresponsável e totalmente indiferente aos problemas locais. Desconhecem a realidade local, os conflitos étnicos e atuam baseados em informantes de grupos rivais.

A jornalista diz que as declarações do comando Africom, ao invés de esclarecerem, provocaram a ira de muitos somalis, que exigem do governo que libere os resultados de uma investigação independente da dos americanos e que segundo a repórter nega as alegações do Africom, mas que foi “entrada sob pressão dos EUA”.

A repórter conversou com 20 veteranos do Exército somali mas nenhum deles informou de haver sido sequer procurado pelo comando ianque, “levantando o questionamento de se alguém tenha sido sequer averiguado fora das próprias tropas norte-americanas”.

Logo após essa chacina, Donald Trump informou que foram despachados mais 500 soldados dos EUA para a Somália.

COI virou arma contra a Rússia na Guerra Fria 2.0

NEIL CLARK*

O anúncio do Comitê Olímpico Internacional de que a Rússia seria banida das Olimpíadas de Inverno de PyeongChang - mas que os atletas russos, se comprovadamente "limpos" de doping, poderiam competir sob uma bandeira neutra - deve ser visto em seu contexto geopolítico mais amplo.

A decisão vem em um pano de fundo de uma implacável russofobia alimentada por elites ocidentais que estão furiosas. A Rússia frustrou seus planos de mudança de regime na Síria e em geral está entrando no caminho das aspirações hegemônicas dos EUA e da agenda neocon/globalista.

É claro que o lobby da "Guerra Sem Fim" no Ocidente quer que a Rússia seja isolada, humilhada e banida de tudo. O esporte é apenas uma frente em sua campanha obsessiva, os ataques à mídia russa são outra.

Pergunta Um: Como você se sentiria se você fosse um atleta que treinou muito durante quatro anos para as Olimpíadas e fosse batido por alguém que transgrediu, trapaceou, usando drogas?

Pergunta Dois: como você se sentiria se você fosse um atleta que treinou muito por quatro anos para as Olimpíadas e não pudesse competir por seu país porque alguém de seu país tivesse sido levado a tomar drogas?

Tenho certeza de que você concordaria que ambos os casos se sentiria muito prejudicado. É correto e apropriado que as fraudes de drogas sejam punidas - de qualquer país de onde elas vierem - desde que a evidência esteja lá. Também é correto e apropriado que os inocentes não paguem os pecados dos culpados.

A Rússia deve ser tratada como qualquer outro país; certamente podemos concordar com isso. Infelizmente, isso não é o que parece ter acontecido.

No ano passado, houve uma proibição geral de atletas paraolímpicos russos competirem no Rio - imposta pelo IPC, que tem representantes de seis países da Otan em seu conselho de 14 membros - punindo atletas que nada tinham feito de errado.

Os atletas russos foram proibidos (e despojados de suas medalhas) sem a prova de sua culpa ser publicada pela Comissão Oswald do COI. O COI diz que publicará a evidência de "violações" no "devido curso" - mas se as têm - por que não agora?

Como pode ser correto proibir pessoas sem publicar a prova?

Essa caça às bruxas contra atletas russos remonta ao relatório McLaren. Se você acha que a refutação é apenas "propaganda russa", o editor da ITV Sports, Steve Scott, reconheceu em novembro que não estamos "além do território da dúvida razoável".

Para a primeira parte do relatório, McLaren, um professor de direito de um país (Canadá), que é um adversário geopolítico da Rússia e cujo chefe da agência antidoping, junto com sua homóloga dos EUA, tentou pressionar o COI a proibir TODOS os russos atletas nos Jogos Olímpicos do Rio no ano passado, admitiu que "não procurou entrevistar pessoas que vivem na Federação Russa". Esta é uma violação de um princípio fundamental da justiça natural - ou seja, "audi alteram partem" ("ouvir o outro lado").

Isso não foi tudo o que não foi satisfatório no relatório McLaren. Havia a falta de evidências que apoiassem suas alegações. A linha era "não sabemos como eles adulteraram as amostras de urina, mas sabemos que os russos fizeram isso".

E, claro, o relatório foi fortemente baseado - como admitiu a ITV na noite passada - no testemunho de apenas um homem - Grigory Rodchenkov - ex-chefe do laboratório antidoping de Moscou que desertou para os EUA. Mas, quão confiável testemunha era ele?

Além disso, em novembro passado, o chefe da AMA, Craig Reedie, disse que, embora houvesse "sugestões" e "alegações" de evidências de um sistema sistemático de doping russo patrocinado pelo Estado, 95 dos 96 casos de atletas russos que a AMA está investigando não foram suspensos porque "não havia evidência suficiente para perseguir uma violação antidoping".

Imagine se Thomas Bach, presidente do COI, anunciasse que a Rússia não seria banida, pois não havia sido apresentada evidência conclusiva de um programa de doping patrocinado pelo Estado - o que realmente foi o caso. Então, uma grande parte da mídia ocidental teria virado suas armas para Bach e seu comitê acusando-o, e a eles, de serem "corruptos" e "acertados com Putin".

McLaren precisava de uma grande vantagem em 2017, e recebeu uma, do dramaturgo norte-americano Bryan Fogel. O documentário de Fogel, Icarus, que contou com entrevistas com Rodchenkov, foi lançado em agosto. "O documentário sobre o escândalo de doping Netflix é falho, mas fascinante", foi o título da revisão do The Guardian. "Há um deslize inescapável para o personagem de Rodchenkov que faz seu testemunho um pouco difícil de engolir", escreveu Gwilym Mumford.

Em uma entrevista com o FT, Fogel revela acreditar que a Rússia tem um problema "cultural" com drogas. "A mentalidade de toda uma cultura de pessoas, de um país, é diferente", diz ele. "Você tem que colocar-se nessa perspectiva... Se você está crescendo em um mundo como Grigory (Rodchenkov) sob o comunismo, e todos estão se dopando, sua mãe o injeta com esteróides - nada está errado".

O filme de Fogel se encaixa muito convenientemente na onda atual de russofobia.

O objetivo dos propagandistas anti-russos no Ocidente é claramente retratar a Rússia como uma "nação dopada" que nunca diz a verdade. Mas, como diz aquele sábio velho, se você apontar um dedo, você tem três apontando para você.

(...)

* É jornalista e escritor e mantém o blog <http://www.neilclark66.blogspot.com/> Esta coluna foi publicada originalmente no portal Rússia-Today com o título "O COI proíbe a Rússia: a Guerra Fria 2.0 política arruina os Jogos Olímpicos". O texto completo pode ser lido no portal em www.horadopovo.org.br

Mundo todo se une para condenar profanação de Trump a Jerusalém



Faixa de Gaza repudia nas ruas sabotagem de Trump à solução dos "dois estados"

Palestina faz greve geral contra apoio da Casa Branca ao apartheid de Israel

Com greve geral e três dias de fúria convocados pelas lideranças palestinas, o povo palestino está indo às ruas barrar o suporte de Trump ao apartheid israelense, com o anúncio de transferência da embaixada e reconhecimento unilateral de Jerusalém como capital israelense. "Mova a embaixada para o seu país, não o nosso. Jerusalém, o coração de Palestina, não está em negociação", expressava faixa levada por um manifestante.

Centenas de jovens indignados queimaram pneus e bandeiras americanas em protestos espontâneos na quarta-feira na Faixa de Gaza contra a "profanação de Jerusalém". Uma multidão à noite bradou "morte à América", "morte a Israel" e "abaixo Trump". Protestos também eclodiram na Cisjordânia, onde moradores de Qalqilya queimaram retratos de Trump. Em Belém,

cristãos queimaram cartazes com a cara de Trump.

Por toda a Turquia eclodiram manifestações de repúdio ao anúncio de Trump. Várias centenas se reuniram diante do consulado dos EUA em Istambul gritando slogans anti-Trump enquanto lançavam objetos na missão diplomática americana. Dirigida pela Associação da Juventude da Anatólia (AGD), a multidão exibiu cartazes e bandeiras que apoiaram a causa palestina.

Os protestos antiamericanos também ocorreram na Mesquita Fatih em Istambul. A manifestação organizada pela Fundação da Juventude Turca (TUGVA) pediu aos muçulmanos em todo o mundo para se unirem contra a decisão americana, que eles denunciaram sinalizar a morte para o processo de paz no Oriente Médio.

Os manifestantes

também marcharam até a embaixada dos EUA em Ancara, onde declararam que a causa palestina é uma questão básica para todos os muçulmanos. Ato de repúdio semelhantes ocorreram em 16 províncias, segundo a agência de notícias Anadolu.

Também na capital jordaniana, Amã, manifestantes rechaçaram Trump e a ocupação israelense: "abaixo a América... a América é a mãe do terror". Ocorreram ainda protestos nos campos palestinos de Al-Wahdat, Baqa e Hitin, bem como na cidade de Maan, no sul da Jordânia.

Em Londres, um representante palestino afirmou que a decisão de Trump é "uma declaração de guerra contra 1,5 bilhão de muçulmanos e centenas de milhares de cristãos que não vão aceitar que os locais sagrados estejam totalmente sob hegemonia de Israel".

Ministro de Relações Exteriores da Alemanha: "Berlim não deve manter submissão aos interesses de Washington"

Os países europeus não devem sacrificar seus interesses em benefício dos EUA, afirmou, na terça-feira (5), o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Sigmar Gabriel. Em sua opinião, Berlim deve reconsiderar sua política em relação a Washington.

"Devemos moldar nossas posições e, se necessário, traçar linhas vermelhas em relação aos nossos parceiros, baseados em nossos próprios interesses. Devemos estar preparados para construir um equilíbrio estratégico de interesses, em vez de obedecer a política dos EUA", enfatizou Gabriel, conforme noticiou o jornal Süddeutsche Zeitung.

Como exemplo de sua crítica, o ministro citou as sanções contra a Rússia, adotadas pela Europa após

serem aprovadas em julho pelo Congresso dos EUA. Para ele, trata-se de uma medida que afeta inclusive o abastecimento de energia da Alemanha, já que afetam a construção de gasodutos no país em parceria com empresas russas.

Ele também advertiu para a postura equivocada dos EUA frente ao "histórico" acordo nuclear junto ao Irã. Caso o acordo venha a ser rompido por parte dos EUA, como ladra Trump, pode se instalar um novo conflito afetando a segurança nacional alemã. "Em ambos os casos, a Alemanha não pode se dar ao luxo de esperar ou reagir às decisões tomadas em Washington". Em sua opinião, Berlim precisa de uma política independente dos norte-americanos.

Los Angeles em chamas: mais de 150 mil são evacuados

Turbinados com ventos de até 130 quilômetros, imensos incêndios estão consumindo a cidade de Los Angeles, já tendo forçado a evacuação de mais de 150 mil moradores. Mesmo áreas nobres e mansões milionárias foram inteiramente consumidas pelas chamas.

De acordo com o prefeito Eric Garcetti, somente no norte, onde encontram-se as pessoas mais ameaçadas, cerca de 150 mil foram evacuadas. O fogo chegou e arrasou mesmo áreas nobres como Bel-Air, onde a cantora Beyoncé tem sua mansão e o bilionário das comunicações Rupert Murdoch possui uma vinícola.

No sul da Califórnia, o maior incêndio registrado até o momento é o Thomas, no condado vizinho de Ventura, onde uma pessoa morreu. A intensidade das chamas ameaça 12 mil residências



Até as áreas de mansões foram afetadas pelo fogo

e lojas, já tendo consumido centenas de prédios.

Em Los Angeles, o maior condado dos EUA, dois incêndios vêm avançando, com força e deixando um rastro de destruição: o Rye, que consumiu 2.800 hectares e está 5% contido, e Creek, que acabou com 4.450 hectares e não está nada contido. Zero.

Para o diretor do Corpo de Bombeiros da Califórnia, Ken Pimlott, a situação é arrasadora e nada esperançosa: por um lado, as condições são "extremas para incêndios" e por outro, pela força da ventania, "não teremos como combater o fogo". Trump limitou-se a pedir "orações".

Líderes do mundo inteiro reprovam a decisão de Trump de transferir a embaixada dos Estados Unidos de Tel Aviv para Jerusalém, cuja parte leste está sob ocupação israelense desde 1967

Líderes do mundo inteiro se uniram na condenação do anúncio, pelo presidente Donald Trump, da transferência da embaixada norte-americana para Jerusalém (Al Quds, na denominação em árabe), cuja parte leste está sob ocupação israelense desde 1967, conforme as resoluções da ONU.

A decisão oficializada na quarta-feira (6) ameaça incendiar de novo o Oriente Médio e implodir qualquer perspectiva de paz. O reconhecimento de Jerusalém como capital de Israel é contrário ao direito internacional, como estabelecido pelas resoluções 242 e 2334, e premia o apartheid, a ocupação, a brutalidade e o assalto às terras palestinas.

O "beijo da morte no processo de paz" - como já está sendo chamada a decisão - desencadeou protestos na Palestina ocupada que já começam a se estender às capitais islâmicas. Em discurso, o líder da Autoridade Palestina, Mahmoud Abbas, chamou Jerusalém de "capital eterna palestina" e afirmou que os EUA abdicaram da condição de mediador da paz no Oriente Médio. Manifestantes palestinos ergueram cartazes com dizeres "mova a embaixada para o seu país, não para o nosso" (veja matéria ao lado).

Em entrevista imediatamente após o comunicado de Trump, o secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que se opõe a "medidas unilaterais" que comprometam a "perspectiva de paz para israelenses e palestinos". "Neste momento de grande ansiedade, quero deixar claro, não há alternativa para a solução de dois estados. Não há nenhum plano B".

PAPA, ONU, EUROPA

A reprovação de Guterres se soma ao pedido feito pelo Papa Francisco para que Trump respeite o status quo de Jerusalém e se conforme com as resoluções da ONU. Diante de milhares de peregrinos, o papa afirmou que não conseguia "ficar calado sobre minha profunda preocupação com a situação que foi criada nos últimos dias".

Também os principais líderes europeus compartilham esse repúdio ao ato de Trump. "Esta decisão é uma decisão lamentável de que a França não apoia e vai contra o direito internacional e todas as resoluções do Conselho de Segurança da ONU", afirmou o presidente francês Emmanuel Macron.

A primeira-ministra britânica, Theresa May, declarou que a Grã Bretanha se opôs à decisão de Trump sobre Jerusalém, que chamou de "inútil em termos de perspectivas para a paz na região". "A embaixada britânica para Israel tem sede em Tel Aviv e não temos planos de movê-la". E ainda: "de acordo com as resoluções relevantes do conselho de segurança, consideramos Jerusalém Oriental como parte dos territórios palestinos ocupados".

RÚSSIA E CHINA

"Reconhecer Jerusalém como a capital de Israel não acalma um conflito, mas o exacerba ainda mais", assinalou o chanceler alemão, Sigmar Gabriel, que se disse preocupado com "confrontos violentos" no Oriente Médio. A chanceler da União Europeia, a italiana Federica Mogherini, reiterou que a UE apoia "a solução de dois estados" e que qualquer ação que mine esses esforços "deve ser evitada".

Na véspera do comu-

nicação de Trump, o presidente russo Vladimir Putin telefonou para o presidente palestino Abbas para reiterar o apoio de Moscou. A chancelaria chinesa, através do porta-voz Geng Shuang, pediu a todas as partes do conflito no Oriente Médio que evitem novo confronto regional. Ele acrescentou que Pequim apoia firmemente "o processo de paz no Médio Oriente e o estabelecimento de um Estado palestino com total soberania e independência com base nas fronteiras de 1967 com Jerusalém Oriental como capital".

IRÃ E PAÍSES ÁRABES

Entre os países de fé islâmica, a proclamação de Trump caiu como um raio. A Liga Árabe declarou que "qualquer reconhecimento da cidade de Jerusalém como capital do poder ocupante, o estabelecimento de qualquer missão diplomática em Jerusalém ou sua transferência para a cidade é uma agressão aberta contra a nação árabe, os direitos do povo palestino e de todos os muçulmanos e cristãos". A Organização de Cooperação Islâmica, que abrange mais de 50 países, foi convocada para o próximo dia 13.

Diante da gravidade da questão, não houve como ficar em cima do muro. O rei Abdullah da Jordânia - legalmente o guardião dos lugares santos de Jerusalém -, advertiu que a mudança decidida por Trump teria "perigosas repercussões na estabilidade e segurança da região". O presidente egípcio Abdel Fatah Al Sisi, alertou contra medidas "que prejudiquem a paz no Oriente Médio" e aprofundem a posição do Egito de "preservar o status legal de Jerusalém dentro do âmbito de referências internacionais e resoluções relevantes da ONU".

A Turquia ameaçou até mesmo vir a cortar os laços diplomáticos com Israel. "Sr. Trump, Jerusalém é a linha vermelha dos muçulmanos", disse o presidente Recep Erdoğan. Até mesmo a monarquia saudita, envolvida em manobras de bastidores com Israel para ameaçar o Irã e que agride o pequeno Iêmen, teve de vir a público dizer que "um passo tão perigoso provavelmente inflamará as paixões dos muçulmanos em todo o mundo devido ao excelente status de Jerusalém e da Mesquita Al Aqsa".

O governo Assad afirmou que a [transferência] é o ponto culminante do crime de usurpar a Palestina e deslocar o povo palestino". Por sua vez o líder iraniano, aiatolá Ali Khamenei, considerou que o que faz os imperialistas e lacaios quererem anunciar Quds como capital é sua "incompetência e fracasso". Já o governo iraquiano alertou sobre "as ramificações dessa decisão sobre a estabilidade da região e do mundo".

Mas o anúncio, como tudo em Trump, em bem se procurando sempre se acha a fraude. No mesmo dia em que anunciou a "transferência para Jerusalém", conforme o Guardian inglês ele assinou a autorização para adiá-la por seis meses, alegando que se não fizesse isso não teria como custear a atual embaixada. O mesmo Guardian diz que a transferência, de verdade, pode demorar anos e inclusive ficar para depois do fim do mandato de Trump. Por puro acaso, foi votado, mas não passou na Câmara de Deputados em Washington, pedido de impeachment, que teve pouco mais de 50 votos. Quem sabe o próximo ...

ANTÔNIO PIMENTA

Jango e a Eletrobrás: uma homenagem a um brasileiro

Há 41 anos, no dia 6 de dezembro de 1976, falecia o presidente João Goulart, exilado na Argentina.

Foi o único presidente brasileiro, até hoje, a falecer fora de seu país — logo ele, que tanto amou a sua terra, e, em especial, o seu povo.

Já abordamos, aqui no HP, várias vezes, a obra de Jango, suas ideias e sua luta. Para a edição de hoje, escolhemos um de seus discursos menos conhecidos — ainda que a solenidade na qual foi proferido seja muito famosa.

No dia 11 de junho de 1962, o presidente Goulart realizava um dos sonhos e uma das principais propostas de Getúlio Vargas — a inauguração da Eletrobrás, que possibilitou a continuação do crescimento brasileiro por várias décadas.

Getúlio, a 31 de janeiro de 1954, denunciara a espoliação do Brasil pelas distribuidoras de energia elétrica estrangeiras (v. "Getúlio Vargas e seu programa de emancipação nacional", HP 29/08/2014).

Sete meses depois, em sua Carta-Testamento, referiu-se à Eletrobrás, nos seguintes termos: "Voltei ao governo nos braços do povo. A campanha subterrânea dos grupos internacionais aliou-se à dos grupos nacionais revoltados contra o regime de garantia do trabalho. A lei de lucros extraordinários foi detida no Congresso. Contra a justiça da revisão do salário mínimo se desencadearam os ódios. Quis criar

liberdade nacional na potencialização das nossas riquezas através da Petrobrás e, mal começa esta a funcionar, a onda de agitação se avoluma. A Eletrobrás foi obstaculada até o desespero. Não querem que o trabalhador seja livre".

Não restam dúvidas sobre os motivos de Fernando Henrique, Dilma e Temer para tentar destruir a Eletrobrás: não querem que o trabalhador seja livre.

Seis anos depois de Getúlio escrever aquelas suas últimas palavras, Jango instalou a Eletrobrás — antes, ainda, de recuperar os plenos poderes de presidente, com o restabelecimento do presidencialismo, o que só aconteceria com o plebiscito de 6 de janeiro de 1963.

O discurso na instalação da Eletrobrás foi sobre o conjunto da situação política.

Hoje, que alguns, para fugir à punição pelos roubos que cometeram contra o dinheiro público e pelos atentados que perpetraram contra a obra de Getúlio e Jango — em especial a própria Eletrobrás — tentam esconder-se na sombra destes grandes homens, esse discurso, pelo que diz, pelo espírito que o anima, é altamente revelador, exatamente, de uma grandeza a que só os homens honrados, só aqueles que defendem e lutam por sua Nação, podem alcançar.

C. L.



Jango entre os ferroviários de Vitória (1963)



JOÃO GOULART

Inserindo-se na linha de uma política esclarecida de emancipação e de desenvolvimento, a Eletrobrás, que está recebendo neste instante a sua autorização de marcha em direção ao seu grande destino, é mais um sonho — que se transforma em realidade — do gênio extraordinário e criador do Presidente Vargas, o inextinguível comandante, pioneiro de todas as grandes batalhas pela independência econômica de nossa pátria.

Enalteçamos, neste momento festivo, o patriotismo e a visão do estadista que a concebeu, como nosso fundamental instrumento de presença, de sistematização e de incentivo, no setor básico da energia.

Exaltemos também a compreensão e a coragem cívica de todos aqueles que, representantes do povo no Congresso Nacional, enfrentando derrotismo e deformações, deram a esta lei o fiat legislativo.

Louvemos a dedicação e a seriedade da equipe que lhe vem de proporcionar a estruturação institucional.

Antes e acima de tudo, mani-

festemos, nesta oportunidade, o nosso apreço à insuperável intuição, transformada em entusiasmo e espírito de combate, do povo brasileiro, representado por todas as suas camadas sociais, pelos humildes aos quais o sofrimento ainda não fez desespearar, pelos estudantes idealistas e combativos, pelos operários vigilantes e dinâmicos, pelos empresários progressistas e identificados com os reclamos da vida nacional, e pelas instituições brasileiras sadias e conscientes.

Quero também prestar a minha homenagem, que é de todo o povo brasileiro, ao grande batalhador das causas nacionalistas, o Deputado Gabriel Passos, a quem tanto deve este país pela luta extraordinária que vem realizando em todas as causas do seu desenvolvimento e do seu progresso, e que hoje transporta para a realidade, como Ministro das Minas e Energia, a lei que constitui esta empresa — uma das aspirações legítimas e mais sentidas do nosso povo e, também, um ponto integrante daquela mensagem nacionalista legada aos brasileiros pelo grande Presidente Getúlio Vargas. Ao congratular-me com o eminente

te Ministro, peço ao seu chefe de gabinete que seja testemunha desta homenagem junto ao grande brasileiro que, por motivos superiores, não pode aqui comparecer, como tenho a certeza de que o desejava, neste momento em que todo o Brasil comemora a instituição da Eletrobrás.

O essencial, agora, é convocar, para a formulação e execução dessa política, elementos categorizados, moral e tecnicamente, escolhidos especialmente entre aqueles que sentem o Brasil, que acreditam no Brasil e que jamais foram surdos ou cegos aos apelos e reclamos do povo.

Se este momento pudesse ter uma definição, um lema ou uma bandeira, eu me permitiria dizer aos brasileiros que é o momento de esquecer os direitos de cada um, individualmente considerados, para pensarmos apenas nos deveres e na maneira de esgotá-los em proveito da Nação.

Estamos, na verdade, atravessando uma fase difícil do processo de desenvolvimento, tanto vale dizer, do processo em que muitas transformações estruturais de nossa organização social e econômica se acham em curso. No panorama de uma sociedade, como a brasileira, em que a terra, o capital e o trabalho se encontram sob a

pressão de problemas de crescimento, de criação de melhores níveis de vida, de atendimento de exigências materiais e culturais, relativas a uma população em rápida expansão, deparamos sinais incontestáveis de que uma grande obra de reforma se apresenta diante de nós, desafiando a capacidade dos governantes.

Sentindo os graves deveres que me pesam sobre os ombros, conscientes das dificuldades do povo e do País, todo o meu esforço tem visado a congregar vontades no sentido de firmar uma política nacional à altura da situação que somos chamados a enfrentar. As responsabilidades pela formulação e execução dessa política cabem, em primeiro lugar, ao Gabinete e ao Congresso Nacional, mas, dentro de minhas atribuições, tudo envidarei para, correspondendo à confiança de um povo que sofre mas que ainda não perdeu as suas esperanças, contribuir até o extremo de minhas responsabilidades para que essa política nacional de organização do País e de superação de suas atuais dificuldades seja a realidade marcante destes dias.

É altamente meritório, depois da grave crise de agosto, o que conseguimos em termos de pacificação política, e sobretudo político-partidária, no País, inspirando a antigos adversários, pela consciência do dever maior; o imperativo da convivência e da cooperação e o desarmamento dos espíritos. Creio que seria injusto negar ao Conselho de Ministros, integrado por

eminentes concidadãos, sob a chefia patriótica do Ministro Tancredo Neves, o testemunho do reconhecimento que lhe é devido pela tarefa que soube cumprir, na prática de um novo sistema, ainda desvinculado das tradições brasileiras.

Quero deixar inequivocamente expressas estas reflexões e julgo propício fazê-las no momento em que, terminada uma fase — a fase do apaziguamento da vida política nacional —, as suas forças responsáveis se preparam para a constituição de um novo gabinete ministerial.

O custo de vida, que continua a elevar-se, está impondo a todos, especialmente às camadas populares, pesados e difíceis sacrifícios. A inflação corrói orçamentos e também destrói esperanças. Uma ação corajosa, enérgica e imediata, impõe-se no sentido de providências que visem a estabilizar os preços e defender o valor do cruzeiro. Medidas concretas de estímulo à produção agrícola, principalmente a de gêneros alimentícios, são aguardadas por todos com impaciência.

Para a alimentação do povo e a estabilização dos preços, inclusive através de medidas de emergência, devem convergir o esforço e a clarividente atuação do Governo, como de todas as classes responsáveis deste país, interessadas pela paz social no Brasil.

Desgraçadamente, a especulação e o desejo imoderado de enriquecimento rápido agravam também, e fundamentalmente, as condições do mercado. A febre dos grandes lucros, dos negócios em

que a aventura, a ambição desmedida e o egoísmo anticristão assumem papel predominante, pode acarretar a desmoralização do sistema econômico diante de um povo que se sinta sofrido, desprotegido e espoliado.

Uma política em benefício do desenvolvimento e, acima de tudo, em defesa do povo terá de transcorrer numa atmosfera de austeridade, de eliminação de despesas supérfluas, de rigorosa e drástica aplicação dos dinheiros públicos. O esforço político das camadas dirigentes precisa inspirar confiança ao povo, confiança nos governantes, confiança nas instituições, mesmo porque este ambiente é indispensável à execução das reformas de base — agrária, administrativa, eleitoral, partidária, bancária e tributária — e à solução de problemas legais importantes, como a remessa de lucros para o exterior.

Tais reformas, todos sabem e todos sentem, não mais podem tardar. É claro que, diante deste temário de assuntos complexos, não podemos deixar de ter motivos para preocupações. Nunca, porém, motivos para desesperança e, principalmente, para imaginar que seja preciso sair dos quadros da legalidade democrática para resolvermos ou enfrentarmos esses graves problemas que preocupam o País e que afligem o povo brasileiro. Acentuo mesmo que, menos do que uma advertência, minhas palavras devem ser entendidas como um sincero e confiante apelo.

Temos de mostrar, pela ação, que a legalidade democrática permitirá ao País enfrentar e resolver os seus problemas básicos, pois essa legalidade impedirá, antes de tudo, a subjugação da vontade popular pelos processos da violência, da ameaça e das perseguições.

Não haverá política conveniente a um país se o povo dela não puder participar, ou se ele for oprimido e subjugado na sua vida e na sua liberdade.

Dentro das atribuições constitucionais, que tenho respeitado como imperativo de obediência à própria causa legalista que me conduziu ao posto para o qual o povo brasileiro me elegeu, não pouparei esforços no sentido de mantê-la e, acima de tudo, de fortalecer nossas instituições representativas e as liberdades públicas. Ameaças às instituições, partam de onde partirem, não nos atemorizarão, porque para defendê-las o País conta com apoio decidido e patriótico de todas as suas forças mais vivas e atuantes. Necessitamos, isto sim, abrir horizontes novos de esperança e de confiança, pois não podemos fechar os olhos ao quadro social em que vivemos e muito menos poderíamos tapar os ouvidos aos clamores populares.

Pelo exemplo, coloquei-me como fiador da legalidade democrática no País. Assim procedi, em função de minhas inabaláveis convicções e para ser fiel ao mandato que recebi do povo: nunca pela vontade de grupos revestidos de falso patriotismo. Mas pode estar tranquila a família brasileira, pode estar certa de que tudo faremos, sem medir sacrifícios de qualquer espécie, para que a ordem jamais seja substituída pela desordem, nem as liberdades pela violência ou pela opressão.

O ato que aqui nos reúne mostra que o Brasil, através das vicissitudes de sua evolução, está percorrendo o caminho de sua emancipação. E ao congratular-me com quantos colaboraram, direta ou indiretamente, para que pudéssemos celebrá-lo, quero convocar todos os brasileiros para uma identificação sincera com a linha de conduta fixada nestas palavras. Conclamo a todos para a luta pelo engrandecimento do Brasil, na lealdade aos sentimentos cristãos e democráticos do nosso povo e na crença de que somente dentro da ordem legal saberemos resolver os problemas que interessam à nossa pátria, para sermos dignos de homens como aquele que inspirou a Eletrobrás e que se sacrificou em defesa deste país e de sua libertação, e cujo exemplo deve continuar inspirando o Brasil, o povo e as classes trabalhadoras — o Presidente Getúlio Vargas.

Faça sua mensagem de Ano Novo chegar a todos

Anuncie na edição especial de 22 de dezembro